

Veículo: TV Bahia	
Data: 12/08/2020	Programa: Jornal da Manhã
Assunto: Apreensão de carretas transportando álcool de forma irregular pela <b>Sefaz</b> e pela PRF em Vitória da Conquista. Sonora de Fábio Barbosa, coordenador de Fiscalização da Sefaz.	

**Data:** 12/08/2020

**Hora:** 07:14:57

**Duração:** 03:57

**Emissora:** TV BAHIA

**Programa:** JORNAL DA MANHÃ

**Apresentador (a):** CAMILA MARINHO

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Apreensão de carretas transportando álcool de forma irregular pela **Sefaz** e pela PRF em Vitória da Conquista. Sonora de Fábio Barbosa, coordenador de Fiscalização da Sefaz.

Veículo: TV Sudoeste	
Data: 11/08/2020	Programa: BA TV
Assunto: Apreensão de carretas transportando álcool de forma irregular pela <b>Sefaz</b> e pela PRF em Vitória da Conquista.	

**Data:** 11/08/2020

**Hora:** 19:14:40

**Duração:** 01:45

**Emissora:** TV SUDOESTE

**Programa:** BA TV

**Apresentador (a):** --

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Apreensão de carretas transportando álcool de forma irregular pela **Sefaz** e pela PRF em Vitória da Conquista.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 12/08/2020	Página: A3
Assunto: A insegurança jurídica contumaz – cita o <b>ICMS/criminalização da dívida.</b>	

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

## A insegurança jurídica contumaz

### Paulo Cavalcanti

Empresário, advogado, vice-presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB), coordenador do Núcleo Jurídico da ACB

**A** insegurança jurídica cria dificuldades e entraves para se investir no Brasil. Um ambiente sem instituições confiáveis e com criminalização da atividade empresarial espanta investimentos e gera riscos para a iniciativa privada, para a geração de renda, de empregos e tributos para o país.

Longe de termos um cenário de harmonia entre governos, empresas e cidadãos, o que ocorre é o enfraquecimento das instituições, o descrédito de órgãos de controle, o avanço da judicialização e a sobrecarga do Poder Judiciário. E isto é uma oportunidade para o crescimento do "ativismo judicial", com juizes criando legislação, até mesmo por obrigação. Como exemplo, o devedor contumaz, que classifico como uma anomalia jurídica.

De forma consciente e enquanto ativista da função social da empresa, considero absurda a criminalização da dívida declarada, sobretudo em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Vejo intenção de coação da Fazenda Nacional ao utilizar o direito penal como órgão cobrador. E o mais grave: a conviência do Poder Judiciário ao admitir a criação de novas tipicidades criminosas, que não existem no nosso Código Penal. Trata-se de claro exemplo de "ativismo judicial".

De outro lado, temos um Poder Legislativo que precisa se mobilizar e buscar aprovar leis que impeçam a criminalização da dívida do ICMS, além de buscar definições razoáveis para o devedor contumaz.

A Suprema Corte entendeu que para ser criminalizado tem que ser devedor contumaz e agir com dolo. Mas onde está no Código Civil ou no Código Penal esta tipicidade? Não existe. A única definição de devedor contumaz que encontramos está

nas legislações fazendárias complementares estaduais, que não têm competência para legislar sobre crime.

Não estímulo nem defendo movimentos empresariais contra o Judiciário, a Receita Federal, instituições federais, estaduais e municipais. Isso não é construtivo e não gera evolução social. Sabemos da importância de instituições fortes e com credibilidade social.

Precisamos de união e harmonia entre o setor produtivo, as instituições públicas e os cidadãos de bem. Todos com o mesmo objetivo: extirpar as práticas cancerígenas da nossa sociedade. Todos somos fundamentais para a criação de um ambiente sadio e próspero.

Nem todo empresário é sonegador, nem todo político é corrupto, nem todo juiz é comprado. Não podemos permitir generalizações. É com fiscalização objetiva e eficiente que se combate a concorrência desleal. Mas só é possível equilíbrio e evolução com o direito ao contraditório e reação às injustiças.

# Ajuda federal a Estados é R\$ 4,3 bi maior que prejuízo com o ICMS

Em São Paulo e na região Sul, no entanto, perda na pandemia supera repasse

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

12/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

## A ajuda foi maior

Auxílio Emergencial e a perda de receita do ICMS – em R\$ milhões

Região	LC 173/2020 Repasse Auxílio Junho-julho (I)	Perda de receita do ICM Abril-junho (II)	Excesso de repasse III = I-II
<b>Norte</b>	<b>2.276,7</b>	<b>423,8</b>	<b>1.852,87</b>
RO	238,3	73,5	164,8
AC	204,5	30,9	173,6
AM	477,8	131,4	346,4
RR	194,3	10,8	183,5
PA	700,3	115,0	585,3
AP	257,7	30,5	227,2
TO	203,7	31,7	172,0
<b>Nordeste</b>	<b>4.209,6</b>	<b>2.854,1</b>	<b>1.355,5</b>
MA	502,3	200,9	301,4
PI	263,8	161,3	102,5
CE	619,0	596,5	22,5
RN	293,8	170,2	123,6
PB	320,2	159,2	161,0
PE	679,4	589,8	89,6
AL	289,5	99,5	190,0
SE	235,2	111,4	123,8
BA	1.006,3	765,3	241,0
<b>Sudeste</b>	<b>7.193,7</b>	<b>7.378,9</b>	<b>-185,2</b>
MG	1.718,9	1.556,4	162,5
ES	455,6	321,8	133,8
RJ	1.216,7	1.143,6	73,1
SP	3.802,5	4.357,2	-554,7
Sul	2.750,6	2.977,1	-226,5
PR	982,6	1.008,5	-25,8
SC	668,3	850,5	-182,3
RS	1.099,7	1.118,1	-18,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2.069,4</b>	<b>557,0</b>	<b>1.512,4</b>
MS	351,4	50,7	300,7
MT	727,4	3,5	723,8
GO	655,4	297,0	358,4
DF	335,2	205,8	129,5
<b>Total</b>	<b>18.500,0</b>	<b>14.191,0</b>	<b>4.309,02</b>

Fonte: LC 173/2020. Secretaria do Tesouro Nacional; CONFAZ. Elaboração dos autores.  
Obs: Parcelas mensais dos R\$ 7 bilhões podem variar por Estado e DF, em cada um dos quatro meses, a depender da incidência da covid-19.

Até junho, o Tesouro Nacional já gastou R\$ 18,5 bilhões com o auxílio financeiro aos Estados, em duas das quatro parcelas previstas na lei complementar 173, enquanto a frustração de receita de abril a junho dos governos estaduais com o ICMS chegou a R\$ 14,19 bilhões, mostra estudo elaborado pela Consultoria de Orçamento da Câmara. O repasse de recursos foi, portanto, 30% maior do que os Estados necessitariam nesses meses para recompor suas receitas perdidas durante a pandemia.

O estudo mostra que, se a perda de receita do ICMS de julho a setembro repetir a perda de junho, seriam mais R\$ 9,21 bilhões por compensar, e a conta ao fim de seis meses chegaria a R\$ 23,4 bilhões, contra R\$ 37,0 bilhões do auxílio financeiro previsto na LC 173. O excesso de repasse seria, neste cenário, de R\$ 13,6 bilhões.

Os consultores Eugênio Greggianin, José Fernando Cosentino Tavares, Ricardo Volpe e o analista Rodrigo Roriz, autores do estudo, afirmam que esse cenário é pessimista, pois os Estados estão flexibilizando a quarentena e a indústria e o comércio estão reabrindo. Assim, provavelmente, a frustração de receita com o ICMS será menor que a prevista nesse cenário.

A definição da ajuda financeira da União aos Estados e municípios para compensar a perda de receita provocada pela pandemia causou um forte desentendimento entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Maia lutou para aprovar o PLP 149, que previa a compensação integral da receita do ICMS, o que foi denominado de "seguro-receita". A receita de abril a setembro deste ano seria comparada com a de igual período de 2019, com o Tesouro compensando eventual diferença. O PLP 149 foi aprovado pelos deputados, mas brecado pelos senadores, por pressão direta de Guedes.

O Ministério da Economia considerou que o projeto aprovado pela Câmara era um verdadeiro "cheque em branco", pois não estabelecia um limite para o repasse. Os governadores poderiam ser estimulados a conceder benefícios tributários, na certeza que teriam, em qualquer caso, a compensação pela receita perdida. Estudo elaborado pelo Tesouro Nacional estimou que a perda da receita do ICMS chegaria a 30% em um período de seis meses.

O Senado rejeitou o projeto da Câmara e aprovou outro, que previa um teto de R\$ 60,15 bilhões para os repasses aos Estados e municípios. Desse total, R\$ 37 bilhões seriam para os governos estaduais, R\$ 23 bilhões, para as prefeituras, e R\$ 155 milhões, para o Distrito Federal. Tal auxílio financeiro vem sendo pago em quatro parcelas iguais de junho a setembro deste ano (R\$ 15 bilhões por mês).

A distribuição dos recursos foi feita de acordo com os fundos de participação de Estados e municípios, junto com outros critérios, como população e taxa de incidência da covid-19. O estudo aponta várias distorções que resultaram das regras da LC 173.

Os valores dos repasses foram, por exemplo, inferiores à perda de receita nos casos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Ou seja, esses Estados perderam mais receita do que a compensação recebida do Tesouro. O governo paulista perdeu R\$ 4,357 bilhões em receita do ICMS e recebeu R\$ 3,802 bilhões de repasse.

O estudo mostra que outros Estados ganharam até duas vezes mais repasses do Tesouro do que a perda de arrecadação que registraram de abril a junho. Neste caso, estão o Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

Acre, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram ainda mais beneficiados, pois obtiveram repasses entre 6 e 205 vezes a perda de arrecadação que tiveram. O caso mais emblemático é o de Mato Grosso, que registrou uma perda de receita de apenas R\$ 3,5 milhões e, até agora, recebeu repasses do Tesouro no montante de R\$ 727,4 milhões (ver quadro acima).

Os critérios de distribuição dos recursos adotados pela LC 173 geraram grande disparidade nos valores per capita entre os Estados brasileiros. Além disso, os autores chamam a atenção para o fato de que esse "excesso" de repasses é um gasto novo da União e que não tem finalidade específica, com a destinação dos recursos ficando a critério dos governadores.

Os autores observam também que a perda de receita do ICMS de abril a junho foi de 15,4%, em relação ao mesmo período de 2019 - a metade da previsão feita pelo Ministério da Economia.

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma? Saiba o segredo que eles estão escondendo de você  
FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Vantagens da máscara descartável. Confira o preço  
HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

SALVADOR já pensou em assistir todos os filmes em alta resolução com seu celular? Veja  
AMPLIFICADOR DE TELA 3D

### LINK PATROCINADO

Cartão de crédito liberado. Responda e escolha o seu  
BOMFIN - SEU FINANCEIRO

por taboola

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Maia critica 'nova CPMF', cobra reforma administrativa e responde Dilma sobre impeachment

### VALOR INVESTE

Desemprego seria 22,8% sem queda na força de trabalho, diz Goldman Sachs

### VALOR INVESTE

Abriu exceções ao teto não é boa ideia, diz Alberto Ramos, do Goldman Sachs

Ver comentários

## Mais do Valor Econômico



### Brasileiro viaja pouco; falta de dinheiro é maior impedimento, mostra IBGE

Em apenas 21,8% dos domicílios pesquisados no terceiro trimestre de 2019 ocorreu viagem de algum morador

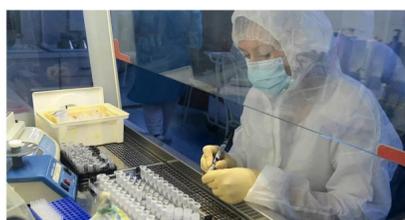
12/08/2020 10:35 — Em Brasil



### Pix é muito mais do que uma TED vitaminada, diz diretor do BC

Para João Manoel Pinho de Mello, o sistema que teve seu regulamento aprovado nesta quarta não substituirá outras formas de pagamento

12/08/2020 10:34 — Em Finanças



### Rússia defende vacina e diz que primeiro lote sai em duas semanas

Especialistas de todo mundo receberam o anúncio da Sputnik V, na terça, com desconfiança

12/08/2020 10:30 — Em Mundo

## Exportações brasileiras de café recuaram 10,4% em julho

Segundo o Cecafé, volume total somou 3 milhões de sacas de 60 quilos

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/08/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 12 de Agosto de 2020 - 00:00

## ***Caso Fonte Nova está há mais de 4 anos sem decisão final no TCE; corregedor questiona***

por Bruno Luiz



O processo sobre a concessão da Arena Fonte Nova está há mais de quatro anos sem decisão final no Tribunal de Contas do Estado (TCE). Isso pode representar prejuízo aos cofres públicos porque permite que o valor pago pelo governo baiano ao consórcio responsável pela operação do empreendimento, a título de contraprestação, continue sendo calculado de forma considerada pelo tribunal como lesiva aos cofres públicos porque é acima do praticado pelo mercado. De 2013 até julho deste ano, o Estado desembolsou mais de R\$ 862 milhões (R\$ 868.286,152 em números exatos) para a Fonte Nova Participações e Negócios S.A., empresa de capital privado formada pelas empreiteiras OAS e Odebrecht. O valor foi levantado pelo Bahia Notícias no Portal da Transparência. A mudança na fórmula de cálculo da contraprestação, que deve ser paga até 2027, é uma das determinações que constam na decisão do TCE que considerou o contrato ilegal, em abril de 2016. Com a alteração, o órgão visava diminuir o valor total da contraprestação, orçado em R\$ 1,487 bilhão por um período de 15 anos.

Além de concluir que o contrato de Parceria Público-Privada (PPP) assinado pelo governo da Bahia com a FNP é ilegal (relembre), o TCE determinou que os dois apresentassem, em até 120 dias, um estudo de readequação econômico-financeira do negócio. Em maio daquele mesmo ano, a FNP e um dos diretores da OAS à época ingressaram com embargos de declaração contra a resolução, suspendendo os efeitos dela até que haja decisão final. Como os recursos nunca foram julgados e continuam sem prazo para tal, nada muda para Estado e consórcio.

Os embargos de declaração são recursos usados para "correção de decisão do Tribunal Pleno ou das Câmaras, em caso de omissão, obscuridade ou contradição" e raramente servem para

mudar o teor da decisão, conforme o regimento interno do TCE. De acordo com o artigo 231 deste mesmo documento, o relator tem 10 dias para levar embargos a julgamento, prazo contado a partir da manifestação do Ministério Público de Contas. Diante disso, a demora de mais de quatro anos chamou atenção até mesmo do corregedor do TCE, Inaldo Araújo, responsável pela disciplina e fiscalização do trabalho dos demais colegas conselheiros. Em sessão plenária no último dia 2 de julho, ele questionou a falta de informações sobre o andamento do processo.

“Não sei como é que está o processo da Fonte Nova. [...] Como está hoje a situação da Fonte Nova? A Fonte Nova, seu presidente, que é uma inspeção que até hoje este tribunal... Soube até que houve uns embargos e tal, mas não sei. Não sei por onde anda. Como corregedor, estou apenas lembrando, porque cobranças já fiz, várias vezes. E Vossa Excelência [Gildásio Penedo, presidente do TCE] já fez, se não me engano, como ofício”, afirmou.

#### MAIS PRAZO

Procurado, o gabinete do conselheiro Pedro Lino, relator do caso, informou que notificou os envolvidos em janeiro deste ano para se manifestarem em petição no processo feita pela FNP. Desde então, as partes pedem prorrogação dos prazos para resposta, concedidos por Lino, o que posterga o desfecho do caso.

A reportagem analisou a movimentação do processo e constatou que, desde que os embargos foram protocolados, em 2016, a tramitação tem se resumido a notificações do relator e pedidos de mais tempo para resposta, um indicativo de poucos avanços no caso.

Outro fator que dificulta o andamento é o alto número de partes envolvidas no processo. Como cada uma delas costuma ter mais de um advogado, todos eles precisam ser notificados, em um prazo de até 30 dias. E localizá-los para isto nem sempre é tarefa fácil, vide que, em alguns casos, o TCE precisa notificá-los via Diário Oficial porque não encontrou a parte no endereço repassado ao órgão.

#### O QUE DIZEM PRESIDENTE E CORREGEDOR?

Em nota, o presidente do tribunal, Gildásio Penedo, disse que cabe a ele cobrar aos demais conselheiros para que observem a “celeridade processual”. Ele informou ainda que tem cobrado, sistematicamente, todos os relatores que estão com processos parados há mais de 100 dias “para que deem os devidos encaminhamentos”. “Nós temos percebido também essa atuação e cobrança sistemática do corregedor”, conclui o posicionamento.

Em nota, Inaldo Araújo disse que uma das atribuições da Corregedoria é informar ao plenário e no portal do TCE os processos sem movimentação há mais de 60 dias.

#### O OUTRO LADO

Procurada, a FNP informou que não se pronunciaria porque o caso está judicializado, e o consórcio tem como política não comentar assuntos sob júdice.

A Procuradoria-Geral do Estado argumentou que a decisão sobre a ilegalidade do contrato de concessão está com eficácia suspensa por causa de recursos interpostos pelas partes e ainda pendentes de julgamento no TCE.

“Todas as informações foram prestadas oportunamente pela Administração Pública Estadual no âmbito do processo em curso. Assim, qualquer emissão de juízo de valor, acerca das questões ora submetidas ao Egrégio Tribunal de Contas, além de prematuro, se reputaria nocivo e prejudicial à imparcialidade necessária a todo e qualquer julgamento”, disse Patrícia Saback, procuradora-assistente do Núcleo de Atuação da PGE no TCE.

#### IMBRÓGLIO

A concessão da Arena Fonte Nova rendeu uma série de problemas jurídicos para o governo do estado. Além do TCE, o caso se tornou alvo de investigação da Polícia Federal no âmbito da Operação Cartão Vermelho, que teve como principal alvo o ex-governador da Bahia e atual senador Jaques Wagner (PT). Ele chegou a ser indiciado por suspeita de ter recebido R\$ 82 milhões em propina para beneficiar Odebrecht e OAS na **PPP** (relembre [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)).

A Arena Fonte Nova também entrou na mira do Ministério Público da Bahia (MP-BA), que ingressou com ação civil pública em abril de 2018 ([relembre aqui](#)) pedindo a redução do tempo de concessão, de 35 para 20 anos, e da contraprestação paga pelo governo estadual. Para o MP, o contrato "apresentou valores astronômicos, fora da realidade do mercado, em claro desrespeito ao erário estadual em favor do contratado, e um prazo contratual demasiadamente extenso, atribuindo-lhes ganhos excessivos e descabidos por meio de parcela de sobrepreço inserida na contraprestação pública paga pelo Estado".

Entre as irregularidades apontadas pelo TCE, ainda estão sobrepreço de R\$ 460 milhões na construção da arena e ausência de diversas informações do projeto básico e de planilhas de custo que ajudassem a quantificar o valor global da obra.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 12/08/2020	Página: A2

## **Plano Safra se supera**

A agricultura supera adversidades e anuncia ter obtido o melhor desempenho de crédito rural nos primeiros 30 dias do Plano Safra 2020/2021. Os números divulgados no Balanço de Financiamento Agropecuário da Safra 2020/2021 pela Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento são demonstrativos do alardeado avanço. Os R\$ 24,15 bilhões contratados no primeiro mês do Plano Safra representam 50% a mais em relação a mesmo período do ano passado, de acordo com os dados oficiais divulgados pela secretaria. De acordo com a avaliação do gestor, observa-se crescimento em todas as modalidades de financiamento. O destaque mais significativo foi o aumento de 110% nos investimentos, com a contratação de R\$ 5,2 bilhões.

## Hospital do Oeste ganha ala de alta complexidade

MIRIAM HERMES

"Um tratamento contra o câncer mais perto de casa é a esperança, não apenas minha, mas dos pacientes diagnosticados pelos diversos tipos da doença na região oeste", afirmou o agricultor aposentado Valdemiro Hertz, que viaja mais de 800 km duas vezes por mês para se tratar em Goiânia (GO).

Segundo Hertz, que faz o deslocamento no carro da família, o gasto mensal é grande. "Mas nada se compara ao desconforto de viajar quando a gente não está se sentindo bem, mas tem que ir porque tem procedimento marcado. Se fosse aqui, nós estaríamos sofrendo bem menos", enfatizou.

Para atender a esta demanda, está em fase inicial a construção da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), em área anexa ao Hospital do Oeste (HO), em Barreiras, com prazo de execução de 12 meses. No local serão atendidos pa-

cientes de 36 cidades, com estimativa de atingir mais de um milhão de pessoas. "Esperamos que em breve a gente não precise mais peregrinar em busca de tratamento", salientou o aposentado, cobrando celeridade no processo de construção da unidade em Barreiras.

Ao assinar a ordem de serviço, o secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, disse que os pacientes oncológicos da região terão serviços como quimioterapia, cirurgia oncológica, além de radioterapia, destacando que a unidade é mais um passo para ampliação e descentralização dos serviços de alta complexidade no interior do estado.

O HO já é referência regional para diversas enfermidades, inclusive para o tratamento da Covid-19, contando com 60 leitos para atender pacientes com complicações mais graves de 36 municípios que fazem parte da região oeste, que ontem somava 5.792 casos confir-



Secretário Fábio Vilas-Boas assinou ontem a ordem de serviço

### Unidade de Alta Complexidade em Oncologia tem prazo de execução de 12 meses

mados da doença.

Também o extremo sul do estado, que no boletim epidemiológico de ontem contabilizava 12.586 casos confirmados, ganhou reforço com 10 novos leitos de UTI no hospital Neuroccor, contratado para atender pacientes com Covid desde ontem. Para Vilas-Boas, o principal esforço

do estado frente a pandemia é ampliar e descentralizar o atendimento aos pacientes graves. "Assim, reduzimos a necessidade de deslocamento dos pacientes e ampliamos a resolutividade da rede de saúde". A região tem 100 leitos exclusivos para Covid-19, distribuídos também em Teixeira de Freitas e Eunápolis.

## Produção industrial da Bahia cresceu 0,6% em junho

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção industrial cresceu em 14 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na passagem de maio para junho deste ano. As maiores altas foram observadas nos estados do Amazonas (65,7%) e do Ceará (39,2%), de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgados ontem.

Também tiveram crescimento acima da média nacional (8,9%) os estados do Rio Grande do Sul (12,6%), de São Paulo (10,2%) e Santa Catarina (9,1%). Completaram a lista dos estados com alta na produção Minas Gerais (5,8%), Paraná (5,2%), Pernambuco (3,5%), Pará (2,8%), Goiás (0,7%), Rio de Janeiro (0,7%), Bahia (0,6%) e Espírito Santo (0,4%).

A Região Nordeste, única a ter a produção de todos os estados calculada de forma conjunta, cresceu 8%. Mato Grosso foi o único local com queda (-0,4%).

Na comparação com junho de 2019, 12 dos 15 locais pesquisados tiveram queda



Crescimento da produção da indústria brasileira cresceu em 14 locais em junho

na produção, com destaque para Espírito Santo (-32,4%) e Ceará (-22,1%). Os três locais com alta foram Pernambuco (2,8%), Mato Grosso (1,6%) e Goiás (5,4%).

No primeiro semestre do ano, houve redução em 13 dos 15 locais, na comparação

com o mesmo período do ano anterior. As maiores quedas foram observadas no Ceará (-22%), Espírito Santo (-20,8%) e Amazonas (-19,6%). Rio de Janeiro (2,3%) e Goiás (0,9%) foram os únicos locais com alta.

Já no acumulado de 12 meses, foram observadas quedas em 12 locais, com destaque para o Espírito Santo (-19,6%). Os estados com alta na produção foram Rio de Janeiro (4,4%), Goiás (2,2%) e Pará (0,4%).

**As maiores altas na produção foram observadas nos estados do Amazonas (65,7%) e do Ceará (39,2%)**



ARISSON MARINHO

O Tribunal de Justiça considerou a greve de 24 horas ilegal; 486 policiais já foram infectados com o coronavírus

## Policiais civis suspendem paralisação, mas pedem melhorias

**TRABALHO NA PANDEMIA** Após o Tribunal de Justiça da Bahia decretar a ilegalidade na greve dos policiais civis prevista para acontecer ontem, o sindicato que representa a categoria resolveu acatar a determinação e suspendeu a paralisação, que duraria 24h. O tribunal havia imposto multa diária de R\$ 30 mil em caso de descumprimento. A greve pedia melhores condições de trabalho para os policiais durante o período de pandemia.

Segundo o Sindicato dos Policiais Civis da Bahia (Sindpoc), um ofício foi enviado ao governador Rui Costa cobrando a implantação de um protocolo de segurança para a catego-

ria. “A Polícia Civil até hoje, apesar de diversos ofícios e denúncia no Ministério Público do Trabalho, continua sendo negligenciada. As delegacias vivem sucateadas, falta até água e material de limpeza”, disse o presidente do sindicato, Eustácio Lopes.

Segundo ele, não há aferição de temperatura nas delegacias e também não há testes para os policiais em atuação - o governo nega. O sindicato disse ainda que tinha feito uma parceria com um plano de saúde para promover a testagem dos agentes públicos, mas a iniciativa teria sido proibida porque muitos policiais estavam apresentando resultados positivos de covid-19 e solicitando afastamento do trabalho.

Conforme o Sindpoc, 486 policiais já foram infectados pelo novo coronavírus e seis morreram vítimas da covid-19, segundo dados coletados até a última sexta-feira (7). A maior parte dos casos foi registrada em Salvador, Região Metropolitana (RMS) e Feira de Santana. Os números são reunidos a partir de informações espontâneas dos próprios policiais ao sindicato, que acredita que pode existir mais casos. Na Bahia, são mais de 5,4 mil policiais e, deste total, cerca de 700 estão afastados por serem grupo de risco da doença.

# Correio\*

# 24h

ECONOMIA

8 | 5

## Equipe de Paulo Guedes sofre duas novas baixas

**MINISTÉRIO** O ministro da Economia, Paulo Guedes, perdeu ontem os dois integrantes da sua equipe que mais tinham a marca da agenda liberal que prometeu implementar na economia brasileira no início do governo.

O empresário e um dos fundadores da Localiza, Salim Mattar, e o economista Paulo Uebel pediram demissão depois de um ano e meio de dificuldades para implementar no governo as medidas para quais foram convidados a integrar o governo Bolsonaro: as privatizações e a reforma administrativa, duas das quatro principais agendas de Guedes, além das reformas da Previdência e tributária.

Auxiliares de Guedes reconhecem que esse é um dos momentos mais difíceis para ele

●● **Nossa reação à debandada que ocorreu vai ser avançar com as reformas**

**Paulo Guedes**  
Ministro da Economia, sobre as saídas de Salim Mattar e Paulo Uebel da sua equipe

desde o início do governo e temem que ele também possa pedir demissão.

“Se me perguntarem se houve uma debandada hoje (ontem), houve”, disse Guedes a jornalistas, depois de se reunir com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Segundo o ministro, apesar das demissões, o governo vai “avançar com as reformas”. “Nossa reação à debandada que ocorreu vai ser avançar com as reformas”, afirmou.

Segundo Guedes, Mattar saiu porque está insatisfeito com o ritmo das privatizações no governo. “O establishment não deixa. Não avançamos nas privatizações com a mesma velocidade de do que na Previdência”, disse Guedes.

Já Uebel pediu demissão por discordar da estratégia do governo federal de deixar parada a reforma adminis-

trativa, que faz uma reformulação do RH do Estado. Guedes disse que o ‘timing’ da reforma, engavetada pelo presidente Jair Bolsonaro por mexer com o funcionalismo público, é ‘político’.

Com as duas saídas de ontem, a equipe econômica soma agora cinco baixas. Nas últimas semanas, Mansueto Almeida já havia deixado o Tesouro Nacional, Caio Megale deixou a diretoria de programas da Secretaria Especial da Fazenda e Rubem Novaes anunciou que deixará a presidência do Banco do Brasil.

A queda de Mattar e Uebel, considerados liberais ‘puro sangue’ do governo, foi interpretada com uma derrota da agenda liberal de Guedes em troca da reeleição do presidente Bolsonaro, que se aproximou de lideranças políticas contrárias à reforma administrativa e à venda das estatais.

# Correio\*

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## Debandada é consequência

O programa econômico desmontou antes da debandada da equipe. O governo faria privatizações e nada fez, e nem tinha acontecido a pandemia. A reforma administrativa foi preparada, levada ao presidente Bolsonaro, que exigiu mudanças, elas foram feitas, e ele então engavetou. As reformas se limitaram à mudança nos parâmetros da previdência dos servidores civis e dos trabalhadores do setor privado. A dos militares, a equipe econômica não teve espaço para opinar. Bateu continência e aceitou.

Ontem, saíram Salim Mattar, que privatizaria, e Paulo Uebel, que faria a reforma administrativa. Assim, no futuro do pretérito. O espanto é que tenham ficado tanto tempo, porque desde o engavetamento da reforma, e a não privatização no ano passado, eles já poderiam ter debandado. O ministro Paulo Guedes pelo menos não tentou tapar o sol com a peneira e falou claramente os motivos.

Mattar fingiu o tempo todo que estava comandando o que não existia, o programa de privatização. O que foi vendido no ano passado foram participações de bancos e empresas públicas em outras empresas, ou braços das estatais. Desde o co-

meço isso estava claro. O presidente foi tirando do programa empresas que durante a campanha ele disse ou insinuou que poderia vender.

Petrobras, Banco do Brasil e Eletrobras representam 75% dos ativos das empresas no país e 71% do patrimônio líquido. A Eletrobras é 4% dos ativos, e o BNDES, 17%, segundo dados do Boletim das Estatais que eu mostrei a Salim Mattar em janeiro, antes, portanto, da pandemia. Eu o entrevistei logo depois que ele havia dito que iria "acelerar a privatização". Ele admitiu que essas estariam fora das vendas. Portanto, não se podia acelerar carro que nem fora ligado. Até na equipe econômica se admitia que o programa estava lento. Nem a venda da Eletrobras, pre-

parada desde o governo Temer, a atual administração conseguiu aprovar no Congresso. E pior, foi criada uma estatal. Quando perguntei a Mattar por que a NAV tinha sido criada, ele me disse que era "por uma questão de segurança nacional".

Na campanha, Paulo Guedes dizia que privatizaria R\$ 1 trilhão, que venderia imóveis que também chegavam a R\$ 1 trilhão. E ele afirmou que zeraria o déficit no primeiro ano. Ninguém que entende de números acreditava naquelas cifras voadoras.

Na equipe do Tesouro, houve avanços em redução de gastos, mas eles foram realistas, e em nenhum momento prometeram acabar com o déficit no primeiro ano. A chegada da pandemia exigiu um aumento do gasto. E no

Tesouro houve a melhor substituição possível, com a saída de Mansueto Almeida e a entrada de Bruno Funchal. Contudo, o desafio é fazer um ajuste com o presidente da República já em declarada e prematura campanha. Ele quer usar a expansão dos gastos como alavanca para 2022.

Ontem estava sendo votada uma MP que o secretário Paulo Uebelera contra, e o líder do governo Vitor Hugo encaminhou a favor. A ideia era simplificar, desburocratizar. Mas o projeto acabou aumentando a exigência de compra de assinaturas digitais.

O Brasil já viu várias vezes a briga entre o ministro austero e os ministros gastadores. Não está sendo reeditada agora essa clivagem. O que há é que o pro-

grama era irreal e desmoronou, e o ministro da Economia tem concedido mais do que deveria.

No Fundeb, saiu do Ministério da Economia a proposta que, se adotada, significaria dar um drible no teto de gastos. Depois, a junta orçamentária, composta pelo Ministério da Economia e pela Casa Civil, foi consultar o TCU sobre o uso das sobras orçamentárias. E só sobrou porque houve a execução errada, com recursos extraordinários pagando despeço do orçamento.

Com a saída de Mattar e Uebel, depois de já terem saído Caio Megale, Mansueto, entre outros, Paulo Guedes elevou o tom de voz e disse que quem está aconselhando a furar o teto está empurrando o presidente para o caminho do impeachment. Mas Guedes, ao longo do tempo, fez todas as concessões exigidas por Bolsonaro. Aceitou a inclusão de privilégios corporativos na reforma da Previdência. Não brigou pela reforma administrativa, aceitou que a reforma dos militares incluísse aumento de soldos, fez a capitalização de uma estatal militar e criou outra estatal militar. A debandada era previsível e até demorou.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

## ECONOMIA

# Proposta de reforma tributária pode encarecer livros

**IMPOSTO** Ontem, as redes sociais foram local de uma campanha em defesa dos livros no Brasil. O motivo é a proposta de reforma tributária do governo federal que prevê o fim da isenção de contribuição para livros.

Enviada para análise do Congresso em julho, a primeira parte da reforma propõe a unificação da cobrança do PIS/Pasep e do Cofins em um novo imposto sobre valor agregado, com o nome de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). A alíquota desse novo tributo seria de 12%, segundo o Ministério da Economia.

De acordo com o G1, o setor editorial não paga impostos e é protegido dessa cobrança pela Constituição Federal. No caso das Contribuições, como o Pis/Pasep e o Cofins, ele é protegido da cobrança pela Lei 10.865, aprovada em 2004, que isenta tributação sobre vendas e importações.

Na proposta de reforma tributária, essa isenção de contribuição deixa de existir. Sem isenção, as vendas



MARINA SILVA/ARQUIVO CORREIO\*

**Preço de livros deve aumentar caso editoras passem a pagar imposto a ser criado pela reforma tributária**

**As vendas de livros no Brasil estariam sujeitas à alíquota prevista de 12%. Desta forma, o valor das obras para o consumidor final se tornaria mais alto**

de livros no Brasil estariam sujeitas à alíquota prevista de 12%. Desta forma, o valor das obras para o consumidor final se tornaria mais alto.

“(O valor aumento de preço) ainda não foi quantificado, até porque o encami-

nhamento da proposta ao Congresso é muito recente. Mas claro que haverá elevação no preço dos livros, que impacta o mercado editorial como um todo. Além disso, a taxaação pode inviabilizar as atividades de livrarias e distribuidoras”, diz Vitor Tava-

res, presidente da Câmara Brasileira do Livro, ao G1.

De acordo com o portal, a Câmara Brasileira do Livro, o Sindicato Nacional dos Editores de Livro e a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares publicaram um “manifesto em defesa do livro”, em que se posicionam contrárias à mudança. Para as instituições, essa cobrança aumentaria a desigualdade do acesso ao conhecimento e à cultura.

“As instituições ligadas ao livro estão plenamente conscientes da necessidade da reforma e simplificação tributárias no Brasil. Mas não será com a elevação do preço dos livros - inevitável diante da tributação inexistente até hoje - que se resolverá a questão”, diz o grupo, que pretende conversar com parlamentares sobre o assunto.

Após amargar quedas nos primeiros meses da pandemia, com faturamento 48% menor em abril, o mercado editorial teve um bom resultado no mês de julho em relação ao mesmo período de 2019.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 12/08/2020	Página:

# Correio\*

## Ata do Copom sugere cautela em novos cortes da Selic

**ANÁLISE** O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) avaliou que, se houver espaço para um novo corte na taxa básica de juros, a Selic, ele “deve ser pequeno”, segundo ata publicada ontem da última reunião do grupo, em que a taxa básica de juros caiu pa-

ra 2% ao ano, o menor patamar da história

O BC informou que, em sua visão, o país já estaria próximo do nível a partir do qual reduções adicionais na taxa de juros poderiam gerar instabilidade nos preços de ativos (alta do dólar, por exemplo). Assim, a institui-

ção indicou cautela sobre a possibilidade de novos cortes.

O mercado financeiro estima que taxa básica de juros permaneça no atual patamar de 2% ao ano até setembro do ano que vem, quando voltaria a subir, terminando 2021 em 3% ao ano.

## Produção da indústria baiana tem leve alta em junho, diz IBGE

pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM - PF) Regional, divulgada ontem pelo IBGE. Ficou acima apenas do resultado do Espírito Santo (0,4%) e bem abaixo do desempenho nacional (8,9%).

Em relação a junho de 2019, a produção industrial baiana seguiu em queda (-14,4%). Foi o terceiro resultado fortemente negativo nesse confronto, mas mostrando desaceleração no ritmo de recuo em relação aos meses anteriores (-26,2% em abril e -20,6% em maio). Ainda assim, foi o pior junho da produção industrial baiana na série histórica do IBGE, iniciada em 2002.

No primeiro semestre de 2020, a produção da indústria na Bahia acumula perda de 7,3%, em relação ao mesmo período de 2019. O resultado é melhor que o do Brasil como um todo

(-10,9%). Nos 12 meses encerrados em junho, a indústria na Bahia também se mantém no negativo (-5,6%), frente aos 12 meses imediatamente anteriores. O resultado está idêntico ao verificado no Brasil como um todo (-5,6%).

De acordo com o IBGE, o recuo na produção industrial da Bahia na comparação com junho de 2019 (-14,4%) refletiu a queda na indústria de transformação (-15,9%). Já a indústria extrativa mostrou crescimento no mês (18,3%), após quatro retrações consecutivas.

Das 11 atividades da indústria de transformação investigadas separadamente no estado, 5 tiveram quedas de produção, com destaques, mais uma vez, para a fabricação de veículos, reboques e carrocerias (-87,9%) e metalurgia (-36,1%).

## RICARDO ELETRO TEM PEDIDO DE RECUPERAÇÃO ACEITO

**JUSTIÇA** A Justiça deferiu na segunda-feira o pedido de recuperação judicial solicitado na última sexta pela Máquina de Vendas, que controla a Ricardo Eletro.

Dez empresas ligadas à operação de venda de produtos e serviços do grupo fazem parte do pedido. De acordo com o GI, a Laspro Consultores foi nomeada a administradora judicial. A dívida da empresa é de R\$ 4 bilhões. Além da Ricardo Eletro, a empresa é dona da Insinuante, Saller, City Lar e EletroShopping. A empresa tem 60 dias para apresentar o plano de recuperação e depois disso, 90 dias para levá-lo a assembleia geral de credores.

## AZUL LANÇA NOVA EMPRESA DE AVIAÇÃO REGIONAL

**TURBOÉLICE** A Azul lançou ontem sua nova subsidiária para o mercado de voos regionais: a Azul Conecta. Com o passo, a empresa mira elevar sua cobertura no País e quer atingir 200 cidades nos próximos anos.

A empresa é fruto da aquisição da TwoFlex, anunciada no início deste ano. Com atuação em 36 destinos no país, a Azul Conecta é composta por 17 aeronaves modelo Cesna Gran Caravan, um turboélice regional monomotor com capacidade para até nove assentos. Dos 17 aviões, três são exclusivamente cargueiros. Entre as regiões que a empresa vê mais oportunidades estão a Norte e Centro-Oeste.

**PESQUISA** A produção industrial da Bahia voltou a apresentar variação positiva (0,6%) em junho frente ao mês anterior, após ter avançado na passagem de abril para maio (6,4%). Ainda assim, houve forte desaceleração no resultado. Nos quatro meses de março a junho, a queda acumulada na produção industrial baiana foi de 22,4%, reduzindo muito pouco em relação ao acumulado até maio (-22,8%).

De maio para junho, a alta da atividade fabril na Bahia (0,6%) foi a segunda menor entre os 15 locais investigados

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 12/08/2020	Página:

# Correio\*

## Câmara dos Deputados aprova MP que amplia uso de assinatura eletrônica

**DOCUMENTOS** A Câmara dos Deputados aprovou ontem a Medida Provisória 983/20, que cria dois novos tipos de assinatura eletrônica para documentos públicos com o objetivo de facilitar o uso de documento assinados digitalmente para ampliar o acesso a serviços públicos digitais.

Pela proposta, profissionais de saúde também podem assinar eletronicamente documentos que sejam de sua área de atuação, como receitas e atestados. Pelo texto, fica determinado que o chefe de cada Poder e órgão deve estabelecer o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica. O texto segue para análise do Senado.

Segundo o projeto de lei

de conversão, no qual a MP foi transformado, pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEI) poderão acessar suas respectivas informações junto a órgãos públicos com assinaturas eletrônicas simples ou avançadas, exceto nos casos previstos em regulamento.

Todos os sistemas que utilizam assinatura eletrônica precisarão se adaptar às novas regras da MP até o dia 1º de julho de 2021.

Pelo texto, a assinatura simples se destina a transações de baixo risco e que não envolvam informações protegidas por sigilo, permitindo a conferência de dados pessoais básicos, como nome, endereço e filiação. A

**Pela proposta, profissionais de saúde também podem assinar eletronicamente documentos que sejam de sua área de atuação, como receitas**

estimativa do governo federal é que 48% dos serviços públicos atualmente disponíveis poderão ser acessados por meio de uma assinatura eletrônica simples.

Já a assinatura avançada é usada em processos e informações com informações sigilosas e assegura que o documento é de uso exclusivo do titular, permitindo o rastreamento de eventuais alterações feitas no documento assinado.

As assinaturas eletrônicas tratadas pela MP não se aplicam a processos judiciais, aos sistemas de ouvidoria de entes públicos, aos programas de assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas e a outros casos em que a preservação do sigilo seja necessária.

## Trump ameaça retaliar Brasil se taxa sobre etanol americano não cair

**RECIPROCIDADE** O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que pode impor tarifas a produtos brasileiros - sem especificar quais - se o governo de Jair Bolsonaro não reduzir as tarifas impostas pelo Brasil ao etanol importado do país.

"No que diz respeito ao Brasil, se eles impõem tarifas, nós temos de ter uma equalização de tarifas. Vamos apresentar algo sobre tarifas e justiça, porque muitos países têm nos cobrado tarifas e nós não cobramos deles. É chamado reciprocidade. Você pode

esperar algo sobre isso muito em breve", disse Trump.

Ele foi questionado pela reportagem da emissora GloboNews se havia pedido ao embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, para fazer a articulação com o governo brasileiro para reduzir as tarifas impostas ao etanol. O norte-americano disse que "não discutiu muito" o tema, mas "provavelmente em algum momento" fará isso. "Não queremos as pessoas impondo tarifa a nós, embora eu tenha uma relação muito boa com o presidente Bolsonaro. Ele

está indo bem, ele se recuperou da covid-19, o que é ótimo".

Atualmente, há isenção para importação de até 750 milhões de litros de etanol dos EUA por ano, mas a partir daí a tarifa é de 20%. A cota já foi flexibilizada, mas a Embaixada dos EUA no Brasil tem feito apelos ao governo para derrubar as tarifas. Chapman tem sido pressionado por parlamentares democratas americanos a respeito do tema, já que a mudança na cota do etanol pode ser explorada politicamente por Trump.

**Atualmente, há isenção para importação de até 750 milhões de litros de etanol dos EUA por ano**

# Mais\*

Voluntários de Salvador recebem vacina de Oxford no São Rafael



NARA GENTIL

## ANVISA AUTORIZA TESTE COM 2 DOSES DE VACINA

### ● Vacina de Oxford

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou mudanças no protocolo do teste com a vacina de Oxford, objeto de um dos ensaios clínicos em curso no Brasil e apontada por pesquisadores e pelo governo federal como uma das alternativas mais promissoras de prevenção à covid-19. A alteração é a aplicação de uma dose de reforço, totalizando duas doses em vez de uma, como originalmente havia sido proposto. Essa parcela adicional de vacina será ministrada tanto para os que já haviam recebido a substância quanto para os voluntários que ainda receberão o imunizante. No primeiro caso, o intervalo entre uma e outra dose será de quatro semanas. A medida foi tomada a pedido dos responsáveis pela pesquisa. A mudança se deve ao fato de alguns estudos indicarem que a aplicação de duas doses pode produzir resultados mais efetivos na imunização. Outra atualização foi a ampliação da faixa etária do grupo participante da pesquisa. Originalmente eram admitidas pessoas de 18 a 55 anos. A idade limite foi estendida para até 69 anos, incluindo uma faixa de idosos, o segmento que mais morre em função da covid-19. Desenvolvida pela Universidade de Oxford, a vacina foi elaborada através da plataforma tecnológica de vírus não replicante, técnica já testada para outras doenças.

Daniel Aloisio\*

REPORTAGEM  
danielsantos@redabahia.com.br

A Bahia é o único estado do Norte e Nordeste que recebeu testes para a produção da vacina que pode imunizar os brasileiros contra o novo coronavírus. Das quatro vacinas testadas no Brasil, três estão sendo verificadas em voluntários de Salvador: uma produzida pela Universidade de Oxford, do Reino Unido, em parceria com a biofarmacêutica AstraZeneca, e duas desenvolvidas pelas empresas alemã BioNTech e a norte-americana Pfizer.

Nos casos das vacinas alemã e americana, há uma parceria dos institutos estrangeiros com organizações que estão na capital. Já a vacina de Oxford está em teste no Hospital São Rafael, que pertence ao Instituto D'Or, responsável pelo estudo no Brasil.

O imunizante da Pfizer é testado em parceria com o Centro de Pesquisa Clínica das Obras Sociais Irmã Dulce (Osíd). Os estudos para a realização da verificação foram aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e os testes começaram na sexta-feira (7) com membros da própria Osíd.

Coordenador do centro de pesquisa da Osíd, o médico infectologista Edson Moreira explica que a instituição possui esse núcleo científico há mais de 20 anos e que a unidade costuma ser convidada a colaborar em estudos.

"Quando surge uma vacina nova, não é incomum que sejamos solicitados a contribuir. Nesse caso em especial, a Pfizer já desenvolveu vários estudos conosco. Nosso cen-

# Salvador testa três vacinas contra vírus

**Capital** é a única cidade no Norte e Nordeste incluída em verificações internacionais

tro tem a chancela de ser de excelência, coisa que é oferecida para pouco mais de 100 centros no mundo inteiro".

### FASES

Embora a princípio sejam duas vacinas - da Pfizer e do BioNTech -, na fase final será uma única formulação e o grupo que participará do teste poderá ser escolhido aleatoriamente para tomar a vacina ou placebo. Do total de mil voluntários no Brasil, metade deles será de Salvador e a outra metade de São Paulo. A testagem para o público externo da Osíd deve acontecer gradualmente, mas a prioridade serão os profissionais da saúde da organização.

"Temos o público das nossas redondezas e possivelmente as pessoas serão convidadas a participar na medida em que a gente vai avan-

●● A Pfizer já desenvolveu vários estudos conosco. Nosso centro tem a chancela de ser de excelência **Edson Moreira**

Infectologista e coordenador do centro de pesquisa das Osíd

●● Não sei se a vacina que tomei foi a do coronavírus ou o placebo, que é a vacina da meningite **Igor Menezes**

Dentista de Salvador, de 36 anos, é um dos voluntários para testar a vacina de Oxford em Salvador, no Hospital São Rafael

çando. Mas os profissionais da saúde estão mais expostos neste momento, então nada mais justo que eles sejam os primeiros", argumenta.

O teste deve durar por pelo menos dois anos para avaliar a eficácia da vacina e medir o tempo de proteção, checando se será necessária uma dose de reforço. Ainda não há previsão para a seleção de voluntários que fazem parte do público externo da Osíd.

O ensaio clínico aprovado é composto por três fases simultâneas para obter resposta mais rápida na obtenção do imunizante. O Brasil só participa da terceira fase. O estudo vai avaliar a segurança, a tolerabilidade, a imunogenicidade e a eficácia das vacinas contra a covid-19 em adultos. Estudos não clínicos in vitro e em animais já foram realizados e os resultados obtidos até o momento demonstram um perfil de segurança aceitável das vacinas candidatas.

### VOLUNTÁRIOS IDOSOS

Na vacina da Pfizer, os voluntários podem ter de 18 a 85 anos. Já o estudo de Oxford recrutou voluntários entre 18 e 55 anos (total de 500). A Anvisa autorizou ampliar a faixa etária para 69 anos e que os voluntários brasileiros que já receberam a primeira dose possam tomar uma segunda (veja ao lado).

O dentista Igor Menezes, 36, que tomou anteontem a vacina de Oxford, saiu do Hospital São Rafael já com data e hora marcada para a 2ª dose: oito de setembro, às 14h. "Foi tranquilo. Eles me avaliaram testaram se eu tive contato com o vírus", disse Igor, que afirma não ter sentido efeito colateral.

\*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

'PODEMOS VACINAR EM JANEIRO DE 2021', DIZ DIRETOR DO BUTANTAN

**Coronavírus** O diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, afirmou ontem ao jornal Folha de São Paulo que a vacinação contra a covid-19 poderá começar em janeiro de 2021 no estado de São Paulo. Segundo o Butantan, a vacina desenvolvida pela China em parceria com a instituição se mostrou eficaz e segura. A constatação é de estudo publicado pela farmacêutica Sinovac Life Science. O estudo analisou 600 voluntários vacinados na China na fase 2 dos testes clínicos. Cada voluntário recebeu duas doses, sendo metade a vacina propriamente dita e metade placebo. De acordo com o que foi identificado nos estudos, não existe nenhuma preocupação com relação à segurança da vacina. Dentre as principais reações está leve dor no local da aplicação. Dimas Covas avalia que a incorporação do imunizante ao sistema de saúde brasileiro deverá ocorrer mais facilmente. A farmacêutica chinesa forneceu ao Butantan doses da vacina para os testes clínicos de fase 3 em voluntários no Brasil.

**Das Agências**

REPORTAGEM  
correio24horas@redebahia.com.br

O conselho curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) aprovou ontem proposta do governo para a distribuição de R\$ 7,5 bilhões entre os trabalhadores cotistas, referentes a uma parte do lucro do Fundo em 2019. Os valores serão depositados até 31 deste mês de forma proporcional aos saldos de cada conta registrados em 31 de dezembro do ano passado.

São cerca de 167 milhões de contas, ativas e inativas, com saldo em 31/12/2019 que receberão crédito da distribuição de resultados. O valor médio distribuído por conta FGTS é de R\$ 45.

O montante equivale a 66,23% do resultado global do FGTS em 2019, que foi superavitário em R\$ 11,324 bilhões. No ano passado, o governo distribuiu 100% do lucro do Fundo, com a repartição de R\$ 12,22 bilhões entre as contas ativas e inativas. A distribuição gerou rendimento de 6,18% no ano retrasado, superando a inflação, de 3,75% no período, e a caderneta de poupança (4,6%).

No fim do ano passado, contudo, o presidente Jair Bolsonaro decidiu vetar a distribuição de 100% do lucro, deixando a cargo do Conselho Gestor do FGTS a definição sobre o percentual a ser distribuído a cada ano. Na ocasião, o governo informou que a distribuição seria feita conforme a "saúde financeira do fundo".

De acordo com o conselho curador do Fundo, a repartição de R\$ 7,5 bilhões com os trabalhadores e o acréscimo de juros e atualizações monetárias vão significar rentabilidade total de 4,9% para as contas em 2019. Por lei, o FGTS tem rendimento de 3% ao ano. Com a distribuição dos lucros, o rendimento referente a 2019 passa para 4,9%. Sem essa remuneração, para cada R\$ 100 na conta no início de 2019, o trabalhador teria R\$ 103 ao fim do período. Com a distribuição dos lucros, esse saldo passa a R\$ 104,90.

**RENTABILIDADE**

Na prática, o trabalhador vai ter depositado em sua conta do FGTS, no dia 31 de agosto, R\$ 1,90 para cada R\$ 100 que ele tinha no Fundo no dia 31 de dezembro. "Essa rentabilidade total é superior a aplicações com risco e tributação semelhantes (a caderneta de poupança, por exemplo), supera a rentabilidade da inflação medida pelo IPCA no ano passado, proporcionando um ganho real aos saldos, em cumprimento ao objetivo estratégico do Fundo de preservar o poder de compra dos recursos dos trabalhadores sob o FGTS", destacou o conselho.

A rentabilidade de 4,9% do Fundo em 2019 superou a in-



# FGTS distribuirá R\$ 7,5 bilhões de lucro aos trabalhadores

## Fundo de Garantia Os depósitos nas contas devem ser feitos até o dia 31 de agosto

flação para o ano (4,31% pelo IPCA) e também os retornos obtidos com o dólar (4,02%) e a caderneta de poupança (4,26%). A comparação foi realizada com base em dados da consultoria Econômica. Ainda assim, essa rentabilidade foi inferior à de anos anteriores (6,18% em 2018, 5,59% em 2017 e 7,14% em 2016).

O ganho do FGTS em 2019, no entanto, foi inferior ao registrado pelo CDI (5,96%), pelas ações ordinárias da Vale (7,28%), pelo ouro (28,10%), pelo Ibovespa (31,58%) e pelas ações preferenciais da Petrobrás (37,48%) – investimentos considerados de maior risco e, por isso, também sujeitos a retornos maiores.

Para o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, "a rentabilidade alcançada pelo FGTS demonstra a boa gestão do Fundo e os benefícios gerados ao trabalhador brasileiro, que vão além da aplicação nos programas habitacionais, de saneamento, infraestrutura e saúde".

Integrantes do conselho curador do FGTS demonstraram preocupação com a série de medidas adotadas desde ao ano passado para permitir novas modalidades de saques do

Fundo. Na semana passada, o governo conseguiu costurar um acordo para que a Medida Provisória 946, sobre os saques emergenciais de R\$ 1.045 do FGTS durante a pandemia de covid-19, fosse retirada da pauta da Câmara dos Deputados e, com isso, perdesse sua validade.

Os senadores haviam feito mudanças no texto, incluindo a permissão para o saque de todo o FGTS pelos trabalhadores demitidos durante a pandemia, inclusive para os que pedirem demissão – o que não é permitido em tempos normais. Pelas contas do governo, isso poderia retirar R\$ 98,5 bilhões do Fundo.

Em 2019, o saldo total das contas de trabalhadores ficou em R\$ 422,2 bilhões. No ano, R\$ 125,3 bilhões foram sacados das contas em modalidades previstas em lei, como demissão sem justa causa, aposentadoria e compra de imóvel. Outros R\$ 26 bilhões foram retirados em 2019 por meio do programa "saque imediato". Quase quatro milhões de empresas e mais 1,2 milhão de empregadores domésticos recolheram R\$ 128,7 bilhões ao FGTS no ano passado.

Com a distribuição do lucro do FGTS, o rendimento anual do fundo chegará a 4,9%, superior à inflação de 2019, que foi de 4,31%

**ENTENDA**

**Quanto será distribuído** Ao todo, serão distribuídos R\$ 7,5 bilhões aos trabalhadores, valor equivalente a 66,2% do lucro do FGTS no ano passado. Esse dinheiro será distribuído de forma proporcional ao saldo das contas vinculadas

**Como fica o rendimento** Por lei, o FGTS tem rendimento de 3% ao ano. Com a distribuição dos lucros, o rendimento referente a 2019 passa para 4,9%. Assim, sem essa remuneração, para cada R\$ 100 que o trabalhador tinha na conta no início de 2019, teria R\$ 103 ao final do período. Com a distribuição dos lucros, o saldo passa a R\$ 104,90. Na prática, o trabalhador vai ter depositado em sua conta do FGTS, no dia 31 de agosto, R\$ 1,90 para cada R\$ 100 que ele tinha no fundo no dia 31 de dezembro

**Como fica para quem sacou o FGTS** Embora seja pago em agosto de 2020, o rendimento é referente a 2019. Assim, os depósitos serão feitos considerando o valor nas contas em 31 de dezembro de 2019. Quem sacou depois disso (por ter sido demitido ou para compra da casa própria, por exemplo), não perde o rendimento. Já quem fez saque antes da virada do ano vai receber só proporcionalmente ao dinheiro que tinha na conta no último dia do ano passado

**Como sacar** O rendimento extra será depositado nas próprias contas do FGTS dos trabalhadores. A forma de saque e os pré-requisitos para retirar o dinheiro não se alteram com o novo depósito por parte do fundo. As regras continuam as mesmas: em que apenas trabalhadores demitidos sem justa causa, que terminaram contrato por prazo determinado, deem entrada em moradia própria ou na aposentadoria têm acesso ao saldo total

**Anos anteriores** Não é a primeira vez que o Conselho Curador distribuiu o rendimento do FGTS aos trabalhadores. No ano passado foi distribuído 100% do lucro do fundo de 2018, levando a rentabilidade das contas do FGTS para próximo dos 6%

**Entenda o FGTS** O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. Assim, o trabalhador pode ter mais de uma conta de FGTS, incluindo a do emprego atual e dos anteriores. Até o dia 7 de cada mês, os empregadores devem depositar em contas abertas na Caixa Econômica Federal, em nome dos empregados, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário. Quando a data não cair em dia útil, o recolhimento deve ser antecipado

**O rendimento das contas do FGTS, considerando a distribuição de resultados, foi de 4,9%, o que é superior a várias aplicações disponíveis no mercado e garantiu ganhos acima da inflação para o trabalhador**  
Pedro Guimarães  
Presidente da Caixa Econômica Federal

# Tribuna

## Aliados!

A reunião ontem ocorrida envolvendo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o ministro Paulo Guedes e o deputado Arthur Lira, do Centro Democrático, repercutiu bem no mercado. A garantia de que não haverá "furos" no teto de gastos públicos, passou a ideia de que a política fiscal está blindada, a despeito da crise sanitária que atinge a todos. Os investidores ficaram mais animados.



**Rodrigo Maia**

## Fica lá

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Brasília, determinou que o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro na Bahia permaneça instalado no Centro de Operações e Inteligência (COI) da Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP-BA). A decisão foi divulgada ontem. Segundo informações da SSP, a decisão foi publicada na tarde de segunda-feira. A unidade dá apoio em apurações de crimes financeiros, alguns deles praticados por traficantes de drogas.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 12/08/2020	Página: 06

# Tribuna

## Bahia terá recorde novamente em safra de grãos

A Bahia terá, novamente, uma safra recorde de grãos, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção estimada é de 9.534.331 toneladas de grãos neste ano, a maior da série histórica do acompanhamento de safra iniciado em 1972.

Além do milho (1ª safra), o outro único

produto com alteração em relação à estimativa de junho foi o cacau, que teve uma queda de 3,3% na produção frente ao mês anterior. E conforme o IBGE, a previsão é que 11 das 25 safras de produtos investigadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) sejam maiores em 2020 do que em 2019.

A sétima estimativa

para a safra baiana de cereais, leguminosas e oleaginosas (também conhecidos como grãos) prevê um novo recorde na produção. Isso representa um aumento de 15,1% (ou mais 1.250.671 toneladas) em relação à safra de 2019 (8.283.660 toneladas). O aumento na previsão do milho se deveu a ganho de produtividade, uma vez que a área plantada com a

cultura se manteve estável entre junho e julho, em 363.500 hectares.

Em nível nacional, a estimativa para a safra de grãos 2020 também é de recorde, chegando a 250,5 milhões de toneladas, 3,8% superior à de 2019 (que foi de 241,5 milhões de toneladas) e 1,3% maior (mais 3,1 milhões de toneladas) em relação ao estimado em junho.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 12/08/2020	Página: --



Guedes diz que 'furar' teto de gastos é caminho para o impeachment de Bolsonaro

***Sem citar nomes, ministro da Economia disse que há auxiliares que aconselham o presidente Jair Bolsonaro a abandonar a regra do teto de gastos no próximo ano a fim de assegurar a reeleição***

---

**Tribuna da Bahia, Salvador**

12/08/2020 06:30 | Atualizado há 3 horas e 32 minutos



**Foto:** Reuters

---

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta terça-feira (11) que os auxiliares que aconselham o presidente Jair Bolsonaro a "furar" a regra do teto de gastos estão levando o presidente para uma zona de impeachment.

Sem citar nomes, Guedes defendeu o teto de gastos (regra que limita o crescimento dos gastos da União) e afirmou que o Ministério da Economia não apoia "ministros fura-teto".

“Não haverá nenhum apoio do Ministério da Economia a ministros fura-teto. Se tiver ministro fura-teto, eu vou brigar com o ministro fura-teto.”

De acordo com o ministro da Economia, quem aconselha Bolsonaro a abandonar o teto de gastos para assegurar a reeleição em 2022 está levando o presidente para um processo de impeachment.

“Os conselheiros do presidente que estão aconselhando a pular a cerca e furar teto vão levar o presidente para uma zona sombria, uma zona de impeachment, de irresponsabilidade fiscal. O presidente sabe disso, o presidente tem nos apoiado”, afirmou o ministro em entrevista após reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

Na mesma entrevista, o ministro anunciou os pedidos de demissão de dois secretários: Salim Mattar (Desestatização e Privatização) e Paulo Uebel (Desburocratização, Gestão e Governo Digital).

Guedes afirmou que o governo precisa fazer "a coisa certa" para que o presidente seja reeleito.

“Se o presidente quiser ser reeleito temos que nos comportar dentro dos orçamentos, fazendo a coisa certa, enfrentando os desafios de reformas. Essa é a forma que um governo pode dar certo e merece ser reeleito.”

A regra do teto de gastos foi criada em 2016, durante o governo Michel Temer, por meio de uma emenda à Constituição. A regra estabelece que, por 20 anos, as despesas da União só podem crescer o equivalente ao gasto do ano anterior corrigido pela inflação. Pelo texto aprovado no Congresso, o teto pode ser revisto após dez anos.

No entanto, devido à crise gerada pela pandemia de Covid-19, alguns setores políticos têm argumentado que a regra deve ser alterada para permitir ao governo gastar mais do que o permitido. A ideia é que isso seria necessário para aumentar os investimentos públicos e impulsionar a economia.

Na última semana o Ministério da Economia e a Casa Civil prepararam uma consulta ao Tribunal de Contas da União sobre a possibilidade de o governo federal ultrapassar os limites estabelecidos pelo teto de gastos.

Após reunião com Rodrigo Maia, que já criticou qualquer eventual tentativa de se modificar a regra do teto de gastos, Guedes afirmou que a eventual manutenção em 2021 do padrão de gastos de 2020 vai levar o Brasil "para o caos".

De acordo com o ministro, isso já aconteceu no passado e provocou um impeachment [o da ex-presidente Dilma Rousseff] por, segundo afirmou, "irresponsabilidade fiscal".

Após a reunião com Guedes, Rodrigo Maia escreveu em uma rede social: "Hoje, tivemos uma conversa franca com o ministro Paulo Guedes, e há consenso de que não haverá jeitinho nem esperteza para desrespeitar o teto de gastos. A Câmara não vai pautar nenhuma prorrogação do estado de calamidade" — a eventual prorrogação do estado de calamidade pública em razão da pandemia de coronavírus permitiria ao governo continuar fazendo despesas acima do previsto no orçamento.

<b>Veículo: Política Livre</b>	
<b>Data: 12.08.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



11 de agosto de 2020 | 17:15

## **Governo abre 10 novos leitos de UTI em Porto Seguro para o enfrentamento da pandemia**

### **BAHIA**

A partir desta terça-feira (11), dez novos leitos de Terapia Intensiva estão disponíveis para atender pacientes graves infectados pela Covid-19 no município de Porto Seguro. Com um investimento superior a R\$ 2,8 milhões ao longo de seis meses, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) contratou o hospital Neuroccor a fim de fortalecer a rede assistencial no Extremo Sul.

De acordo com o secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, “o principal esforço do governador Rui Costa frente a pandemia é ampliar e descentralizar o atendimento aos pacientes graves. Dessa forma, reduzimos a necessidade de deslocamento dos pacientes e ampliamos a resolutividade da rede de saúde”, afirma o secretário.

Atualmente estão disponíveis 100 leitos exclusivos para o coronavírus na região Extremo Sul, entre clínicos e de UTI. Eles estão distribuídos nos municípios de Teixeira de Freitas, que conta com 20 leitos de UTI e 10 clínicos; Eunápolis possui 20 leitos de Terapia Intensiva e 20 clínicos; e Porto Seguro com 20 leitos de UTI e 10 clínicos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/08/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 12 de Agosto de 2020 - 08:40

## ***Produção industrial da Bahia cresce 0,6% em junho; declínio é de 14,4% em relação a 2019***



A produção industrial baiana cresceu apenas 0,6% em junho. A atividade é referente aos segmentos de transformação e extrativista mineral. Na comparação com junho de 2019, a indústria baiana teve declínio de 14,4%. As informações são parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgadas nesta terça-feira (11) sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

Já no acumulado do ano, a indústria registrou queda de 7,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a produção apresentou redução de 5,6%, frente ao mesmo período anterior. No confronto de junho de 2020 com igual mês do ano anterior, 7 das 12 atividades pesquisadas tiveram a produção ampliada. Segundo o IBGE, o setor de derivados de petróleo (13,3%) apresentou a principal influência positiva no período, explicada, especialmente, pela maior fabricação de óleos combustíveis e naftas para petroquímica.

Outros resultados considerados positivos no indicador foram observados nos segmentos de minerais não metálicos (39,5%), celulose, papel e produtos de papel (9,2%), extrativas (18,3%), bebidas (12,6%), produtos alimentícios (0,2%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (18,5%). A pesquisa ainda informou que no acumulado dos últimos 12 meses, comparado com o mesmo período do ano anterior, destacaram-se positivamente derivados de petróleo (18,5%), produtos alimentícios (0,2%), bebidas (0,9%) e celulose, papel e produtos de papel (0,1%).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/08/2020	Caderno: Notícias



Terça, 11 de Agosto de 2020 - 15:40

## ***FGTS vai distribuir R\$ 7,5 bilhões de lucro aos trabalhadores***

**por Bernardo Caram | Folhapress**

O Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) aprovou nesta terça-feira (11) a distribuição de R\$ 7,5 bilhões às contas de trabalhadores. O valor é referente a parte do lucro obtido pelo fundo em 2019.

Com o repasse, a rentabilidade total das contas do FGTS no ano passado alcança 4,90%, superando o rendimento da poupança, que ficou em 4,26%, e índices de inflação, com IPCA em 4,31% no período.

A distribuição será menor do que o valor observado na rodada anterior. No ano passado, após editar medida provisória para permitir um repasse de 100% dos resultados do fundo aos trabalhadores, o presidente Jair Bolsonaro vetou o dispositivo. Com a decisão, passou a valer regra que determina a distribuição de "parte do resultado" aos trabalhadores.

O lucro do FGTS em 2019 ficou em R\$ 11,3 bilhões, conforme contas aprovadas pelo conselho nesta terça-feira. Desse valor, foi definida a distribuição de R\$ 7,5 bilhões aos cotistas.

O crédito será feito nas contas vinculadas dos trabalhadores até 31 de agosto. Terão direito ao pagamento contas que registraram saldo positivo em 31 de dezembro do ano passado. O valor para cada pessoa será proporcional ao saldo das contas nessa data.

O Ministério da Economia informou que o valor foi definido de modo a preservar parte do resultado como uma reserva para eventuais necessidades de distribuição de recursos do FGTS no futuro. "Esse valor mantém uma rentabilidade interessante e mantém a estabilidade do fundo", disse o diretor do Departamento de Gestão de Fundos do Ministério da Economia, Gustavo Alves Tillmann.

No ano passado, sob a regra de distribuição de 100% do lucro, o governo distribuiu R\$ 12,2 bilhões aos trabalhadores, o que elevou a rentabilidade do FGTS a 6,18%.

O fundo passou a distribuir seus resultados aos cotistas em 2017, durante o governo Michel Temer. Na época, foi fixado um percentual de 50%. O cálculo leva em conta o lucro líquido alcançado no ano anterior à distribuição. No ano passado, o governo elevou a distribuição para 100%, mas, depois, Bolsonaro vetou a ampliação. A decisão também retirou da lei a obrigação de que o repasse seja de 50%, determinando genericamente que será liberado "parte do resultado positivo auferido".

Em 2019, o saldo total das contas de trabalhadores ficou em R\$ 422 bilhões. No ano, R\$ 125 bilhões foram sacados das contas em modalidades previstas em lei, como demissão sem justa causa, aposentadoria e compra de imóvel.

Outros R\$ 26 bilhões foram retirados em 2019 por meio do programa "saque imediato", que liberou até R\$ 500 por conta vinculada.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/08/2020	Caderno: Notícias



Terça, 11 de Agosto de 2020 - 14:20

## ***Porto Seguro: Dez novos leitos de UTI são entregues para atendimento à Covid-19***



Uma ação do governo do estado entregou nesta segunda-feira (11) dez novos leitos de Terapia Intensiva [UTI] para atendimento de casos graves de Covid-19 em Porto Seguro, na Costa do Descobrimento. Segundo a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), os leitos já estão no hospital Neuroccor, que foi contratado para fortalecer a rede assistencial na região. O gasto é estimado em R\$ 2,8 milhões ao longo de seis meses.

Segundo o titular da Sesab, secretário Fábio Vilas-Boas, a intenção é ampliar e descentralizar o atendimento a pacientes graves do coronavírus. Ainda segundo a Sesab, atualmente já há 100 leitos exclusivos para o novo coronavírus na região Extremo Sul, entre clínicos e de UTI. Estão distribuídos nos municípios de Teixeira de Freitas [20 leitos de UTI e 10 clínicos], Eunápolis [20 leitos de UTI e 20 clínicos] e Porto Seguro [20 leitos de UTI e 10 clínicos].

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/08/2020	Caderno: Notícias



Terça, 11 de Agosto de 2020 - 12:33

## ***Motoristas de vans escolares cobram ajuda do poder público em carreata***

A categoria de motoristas de vans escolares organizou uma carreata na manhã desta terça-feira (11). A categoria pede a inclusão dos veículos, impedidos de rodarem devido a suspensão das aulas presenciais na capital, no rol das atividades econômicas incluídas na reabertura econômica.

O movimento deseja que as vans possam atuar no transporte de passageiros e funcionários de shoppings, além de cobrar da gestão do governador Rui Costa auxílios financeiros durante a pandemia.

De acordo com o G1, os trabalhadores se reuniram em um ponto da Avenida Paralela, seguiram em carreata pela via e foram para a governadoria, com o objetivo de protocolar ofício solicitando do governo do estado um decreto estadual para que a categoria receba uma linha de crédito.

Em contato com o Bahia Notícias, a Transalvador comentou que o movimento não gerou retenção de fluxo no trânsito da capital. Em dado momento, a fila de vans se reuniu em frente ao Shopping Bela Vista.

Em julho deste ano, o governo do estado prorrogou o pagamento do **IPVA** dos transportes escolares para setembro de 2021 ([veja aqui](#)). Diante do decreto, os profissionais cobram mais auxílios do governo estadual.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/08/20	



## PAULO GUEDES DIZ QUE BRASIL NÃO PODE FURAR TETO DE GASTOS



admin 12 Agosto, 2020

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que os auxiliares que aconselham o presidente Jair Bolsonaro a “furar” a regra do teto de gastos estão levando o presidente para uma zona de impeachment. Sem citar nomes, Guedes defendeu o teto de gastos (regra que limita o crescimento dos gastos da União) e afirmou que o Ministério da Economia não apoia “ministros fura-teto”.

“Não haverá nenhum apoio do Ministério da Economia a ministros fura-teto. Se tiver ministro fura-teto, eu vou brigar com o ministro fura-teto.”. De acordo com o ministro da Economia, quem aconselha Bolsonaro a abandonar o teto de gastos para assegurar a reeleição em 2022 está levando o presidente para um processo de impeachment. “Os conselheiros do presidente que estão aconselhando a pular a cerca e furar teto vão levar o presidente para uma zona sombria, uma zona de impeachment, de irresponsabilidade fiscal. O presidente sabe disso, o presidente tem nos apoiado”, afirmou o ministro em entrevista após reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

Na mesma entrevista, o ministro anunciou os pedidos de demissão de dois secretários: Salim Mattar (Desestatização e Privatização) e Paulo Uebel (Desburocratização, Gestão e Governo Digital). Guedes afirmou que o governo precisa fazer “a coisa certa” para que o presidente seja reeleito. “Se o presidente quiser ser reeleito temos que nos comportar dentro dos orçamentos,

fazendo a coisa certa, enfrentando os desafios de reformas. Essa é a forma que um governo pode dar certo e merece ser reeleito.”

A regra do teto de gastos foi criada em 2016, durante o governo Michel Temer, por meio de uma emenda à Constituição. A regra estabelece que, por 20 anos, as despesas da União só podem crescer o equivalente ao gasto do ano anterior corrigido pela inflação. Pelo texto aprovado no Congresso, o teto pode ser revisto após dez anos. No entanto, devido à crise gerada pela pandemia de Covid-19, alguns setores políticos têm argumentado que a regra deve ser alterada para permitir ao governo gastar mais do que o permitido. A ideia é que isso seria necessário para aumentar os investimentos públicos e impulsionar a economia.

Na última semana o Ministério da Economia e a Casa Civil prepararam uma consulta ao Tribunal de Contas da União sobre a possibilidade de o governo federal ultrapassar os limites estabelecidos pelo teto de gastos. Após reunião com Rodrigo Maia, que já criticou qualquer eventual tentativa de se modificar a regra do teto de gastos, Guedes afirmou que a eventual manutenção em 2021 do padrão de gastos de 2020 vai levar o Brasil “para o caos”.

De acordo com o ministro, isso já aconteceu no passado e provocou um impeachment [o da ex-presidente Dilma Rousseff] por, segundo afirmou, “irresponsabilidade fiscal”. Após a reunião com Guedes, Rodrigo Maia escreveu em uma rede social: “Hoje, tivemos uma conversa franca com o ministro Paulo Guedes, e há consenso de que não haverá jeitinho nem esperteza para desrespeitar o teto de gastos. A Câmara não vai pautar nenhuma prorrogação do estado de calamidade” — a eventual prorrogação do estado de calamidade pública em razão da pandemia de coronavírus permitiria ao governo continuar fazendo despesas acima do previsto no orçamento.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/08/20	



## NE BATE RECORDE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA EM AGOSTO



admin 12 Agosto, 2020

O Nordeste bateu novo recorde de produção de energia eólica no mês de agosto. De acordo com informações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a energia produzida na região seria suficiente para atender 93,8% da demanda do Nordeste durante 30 dias. Os fortes ventos de agosto foram suficientes para atender quase toda a demanda energética da região, e ventos da Bahia mostraram força mais uma vez. O estado ocupa a vice-liderança na geração de energia eólica do país.

Nos primeiros meses deste ano, a Bahia gerou 31% de toda a energia eólica do país e assumiu a liderança do segmento de energias renováveis, ultrapassando o Rio Grande do Norte na geração de energia eólica. De acordo com o G1, informações do ONS apontam que a Bahia e o Rio Grande do Norte estão sempre disputando o topo e a diferença de produção entre elas é mínima. Em toda a Bahia são 171 parques eólicos em operação e mais de 1.300 aerogeradores instalados.

Veículo: Metro1	Bahia
Data: 11/08/20	



## Bahia

# Energia eólica: Nordeste bate recorde de produção em agosto; Bahia é 2ª maior produtora do país

*Em todo estado são 171 parques eólicos em operação e mais de 1.300 aerogeradores instalados*



Foto : Divulgação

Por **Kamille Martinho** no dia 11 de Agosto de 2020 · 20:30

O Nordeste bateu novo recorde de produção de energia eólica no mês de agosto. De acordo com informações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a energia produzida na região seria suficiente para atender 93,8% da demanda do Nordeste durante 30 dias.

Os fortes ventos de agosto foram suficientes para atender quase toda a demanda energética da região, e ventos da Bahia mostraram força mais uma vez. O estado ocupa a vice-liderança na geração de energia eólica do país.

Nos primeiros meses deste ano, a Bahia gerou 31% de toda a energia eólica do país e assumiu a liderança do segmento de energias renováveis, ultrapassando o Rio Grande do Norte na geração de energia eólica. De acordo com o G1, informações do ONS apontam que a Bahia e o Rio Grande do Norte estão sempre disputando o topo e a diferença de produção entre elas é mínima.

Em toda a Bahia são 171 parques eólicos em operação e mais de 1.300 aerogeradores instalados.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 12/08/2020	



## **Maioria dos deputados aprova taxaço de grandes fortunas e reprovaa CPMF**

*É o que informa a última Pesquisa XP Câmara os Deputados, feita com 146 parlamentares no mês de julho*

Mais da metade dos deputados brasileiros estão de acordo em criar um imposto sobre grande fortunas. A maioria também reprovaa a volta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), ainda que apenas sobre operações digitais.

É o que aponta a última Pesquisa XP Câmara dos Deputados, com 146 parlamentares, entre 20 e 31 de julho. A taxaço sobre grandes fortunas é a segunda proposta relativa à reforma tributária que mais recebe apoio dos deputados, ficando atrás somente da unificação de impostos federais (77%), como IPI, PIS e Cofins.

Na oposição, a aceitação é ainda maior: 91% dos parlamentares se dizem favoráveis à ideia. Entre os demais, a proposta também é maioria (56%).

Um quinto dos deputados consultados se posicionou a favor da volta da CPMF para transações feitas em meios digitais. O apoio sobe para 32% se a arrecadação com o novo imposto for usada para custear o Renda Brasil ou desoneração da folha de pagamento.

A maioria ainda apoia taxar dividendos e reduzir o Imposto de Renda para pessoa jurídica (57%) e aumentar o imposto sobre heranças (56%). Ambos são mais aceitos pela oposição (60% e 74%, nesta ordem) que pelo restante (56% e 48%).

Criar uma nova alíquota do IR para os mais ricos é a terceira proposta com mais votos favoráveis entre os parlamentares consultados: ao todo, 63% disseram apoiar a medida. A proposta é a que recebe maior apoio da oposição, com 95% dos deputados se posicionando a favor da criação da nova faixa de renda. As informações são do portal UOL.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 12/08/2020	



## **ECONOMIA**

Publicado em 10/08/2020 às 08h43.

### **Com corte R\$ 70 bi em benefícios fiscais, reforma de Guedes pode elevar carga tributária**

*Considerados ineficazes e concentradores, incentivos deram salto na gestão PT e chegam a R\$ 320 bi*

A proposta de reforma tributária da equipe econômica do ministro Paulo Guedes prevê o desmonte de parte dos R\$ 320 bilhões concedidos hoje a dezenas de setores em benefícios tributários, mecanismo considerado vetor de distorções econômicas e concentrador de renda.

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, em sua primeira fase, serão eliminados quase R\$ 70 bilhões desses incentivos, o que representa cerca de 1% do PIB (Produto Interno Bruto).

Isso ocorreria pela substituição dos tributos PIS e Cofins pela nova CBS (Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços), com alíquota de 12%.

Mesmo assim, o total de benefícios tributários permanecerá muito acima do montante de antes dos governos do PT (Lula e Dilma), que escalaram esses incentivos do equivalente a 2% do PIB para 4,5%.

Ainda de acordo com a Folha, o governo federal alega que a retirada dos benefícios sobre PIS e Cofins não resultará em aumento da carga tributária, mas há dúvidas sobre se parte dos R\$ 70 bilhões não ficará no caixa da Receita Federal.

Segundo Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, os 12% incidentes sobre a nova CBS foram fixados de modo que o fim dos incentivos não aumente a carga tributária.

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PRESIDENTE** Luiz Frias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Ruído tributário

Proposta de recriar CPMF, ainda obscura, alimenta controvérsia em torno de uma reforma já complexa

É enganoso o consenso que se observa em torno de uma reforma geral do sistema de impostos, taxas e contribuições sociais do país.

Basicamente todos concordam — políticos da esquerda à direita, acadêmicos, empresários e entidades de classe — em mudar uma estrutura tributária que está entre as mais intrincadas do mundo, que encarece em demasia o consumo, que distorce decisões produtivas e que gera injustiças sociais.

Ao mesmo tempo, entretanto, nenhum setor admite perdas em um novo arranjo. Prefeituras, governos estaduais e União não abrem mão de receitas; indústria, serviços, agropecuária e trabalhadores de todas as faixas de renda rechaçam qualquer aumento da taxa que a que estão submetidos.

Atividades e regiões que gozam de isenções e outros benefícios fazem lobby diuturno pela permanência dessas normas, sempre justificadas em nome de interesses reais ou imaginários da coletividade.

Assim, a adoção de regras uniformes e a redistribuição da carga tributária — no pressuposto de que não se pretende elevá-la nem se pode reduzi-la — constituem empreitada de enorme complexidade política, mesmo quando a lógica econômica e social parece evidente.

Nesse sentido, os esforços para uma reforma, que felizmente voltaram a mobilizar o Congresso e o Executivo federal, devem se concentrar nas providências essenciais e de entendimento mais conso-

lido. Esse é o caso, por exemplo, da simplificação dos cinco tributos hoje incidentes sobre o consumo.

Mais dificilmente será esse o caso da recriação de um imposto nos moldes da antiga CPMF, como quer o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ainda que o propósito — usar a nova receita para desonerar as folhas de pagamento e facilitar a criação de empregos — seja meritório, trata-se de ideia que desperta vasta controvérsia.

Um tributo sobre a movimentação financeira, como mostra a experiência brasileira, teria a indiscutível vantagem da cobrança fácil, favorecida pela tecnologia.

Objeta-se, porém, que ele encareceria as transações de modo cumulativo, acentuando as distorções da taxa de mercadorias e estimulando a informalidade. Do ponto de vista político, seria inglório para deputados e senadores ressuscitar uma contribuição de má memória em uma reforma destinada a tornar o sistema mais simples.

Por fim, nem mesmo resta claro se o novo imposto, de formato ainda indefinido, proporcionaria toda a arrecadação imaginada pela equipe do ministério, como mostrou reportagem da *Folha*.

Em um projeto legislativo tão necessário e espinhoso quanto o redesenho tributário, governo e Congresso devem buscar a convergência em torno de avanços possíveis. Os adversários das mudanças já se encarregaram de produzir ruído em volume mais que suficiente.

## Farsa bielorrussa

Eleição cercada de suspeitas convulsiona o país e abala poder do vitorioso autocrata Lukachenko

Frequentemente descrito como o último ditador da Europa, o líder da Belarus, Aleksandr Lukachenko, vive uma situação inédita nos 26 anos em que comanda, com mão de ferro, o país.

No domingo (9), o anúncio de sua sexta vitória eleitoral consecutiva — em meio a suspeitas de fraude e prisões de adversários — deflagrou imensos protestos de rua na capital, Minsk, e em dezenas de outras cidades, onde os manifestantes pediram a renúncia do autocrata.

A revolta popular vêm se juntar a uma conjuntura interna e externa na desfavorável ao mandatário. A despeito do triunfo esmagador no pleito, o cenário agora formado constitui o mais sério desafio à liderança de Lukachenko desde a conquista da Presidência em 1994, na última eleição bielorrussa considerada livre e justa.

Um dos países formados após o fim da União Soviética, a Belarus nunca conseguiu deixar a órbita geopolítica e econômica russa, dependendo do vizinho em praticamente tudo, a começar pelo fornecimento de energia. Em 1999, os dois países firmaram uma união que Vladimir Putin tenta transformar numa única nação.

Apesar da aliança, ambos travam uma rivalidade há anos, fomentada pela crescente reticência russa em financiar Minsk, bem como pelos ensaios de autonomia da Belarus.

O entretanto, o Kremlin indispôs Lukachenko com a elite local, majoritariamente pró-Rússia, e gerou divisões no próprio governo.

A esse estado de coisas se soma a gestão desastrosa da pandemia. Durante meses, o autocrata negociou que o vírus fosse uma ameaça séria, sugerindo que as pessoas bebessem vodka e frequentassem saunas para prevenir a infecção.

A resposta bolsonaresca à crise promoveu novas figuras da oposição, como o blogueiro Sjarhei Tikhonovski, preso e impedido de se candidatar. Sua esposa, Svetlana, entrou na corrida presidencial e se tornou símbolo da resistência.

Nesta terça-feira (11), ela fugiu para a vizinha Lituânia, após ter sido detida no dia anterior.

Com a repressão brutal aos protestos, Lukachenko tende a se isolar ainda mais no cenário internacional, além de estimular a insubmissão interna. O autocrata, assim, pode até conseguir estender seu governo, mas dificilmente será capaz de restaurar seu poder.



## De onde vem a moral?

Hélio Schwartzman

**SÃO PAULO** Immanuel Kant concluiu a "Crítica da Razão Prática" afirmando que duas coisas o enchem de admiração: "O céu estrelado sobre mim e a lei moral dentro de mim".

Não peço as colunas de Contardo Calligaris, e a da última quinta-feira (6) não foi uma exceção. Concordo com 95% do que Contardo escreveu ali. De fato, não há boçalidade muito maior do que imaginar que não exista moralidade fora da religião. Acho até que podemos radicalizar o argumento. Não há nada mais moral do que a moral diretamente extraída das Escrituras, que nos autorizam a vender filhas como escravas (Ex. 21:7) e nos obrigam a matar gays (Lv. 20:13).

Receto, porém, que Contardo tenha sido excessivamente kantiano ao sugerir que os valores morais têm origem em disposições internas do indivíduo. É claro que, num sentido muito geral, tudo é ao menos parcialmente intrínseco. Acredito, contudo, que a moralidade seja um fenômeno com fortes componentes externos (situacionais). Ela é forjada na

teia de relacionamentos sociais que mantemos com nossos semelhantes.

Não sou heideggeriano o bastante para achar que etimologias escondem verdades secretas, mas não é uma coincidência que os termos "ética" e "moral" derivem respectivamente das palavras grega e latina para "costume". Consideramos aceitáveis comportamentos que percebemos como adotados pela maioria dos pares. É isso o que faz com que a moral varie tanto geográfica e temporalmente.

E não surpreende que seja assim. A moralidade é a solução encontrada pela evolução para compatibilizar os impulsos egoístas do indivíduo e a necessidade de reduzir conflitos dentro do grupo. Essa permanente tensão entre bichos que são ao mesmo tempo rivais e aliados desemboca em emoções e sentimentos socialmente relevantes como inveja, raiva, gratidão, compaixão, vergonha, culpa, que são a tabela periódica com a qual cada sociedade constrói seu código moral.

helio@uol.com.br

## Ruína premeditada

Bruno Boghossian

**BRASÍLIA** Enquanto Jair Bolsonaro e seus aliados tentam arrumar um dinheiro para turbinar sua operação política, o Ministério da Educação preferiu afiar a tesoura. A pasta anunciou a intenção de cortar 18% de suas despesas não obrigatórias no ano que vem. A proposta facilita os esforços do Palácio do Planalto para sacatear o ensino público.

A ruína é premeditada. Obcecado pelo fantasma de um aparelhamento nas universidades, o presidente faz de tudo para esvaziar a área. Mantive dois titulares desqualificados para comandar a pasta e incentivei um estrangulamento de pesquisas e da educação superior, principais pontos de atuação federal no setor.

O próprio Bolsonaro e seus assessores nunca esconderam a intenção de usar o orçamento como arma política. Ao chegar ao MEC, Abraham Weintraub avisou que fecharia os cofres para instituições que fizessem o que ele chamava de "balbúrdia". A ideia era asfixiar aqueles que contrariassem a agenda do governo. O presidente nunca se interessou

em apresentar projetos para a educação. Ele preferiu explorar o tema como parte de sua cruzada ideológica e usou o desempenho do país em exames internacionais para sustentar adversários políticos.

Quando o Congresso começou a discutir a aplicação do fundo que financia a educação básica, Bolsonaro decidiu ignorar o assunto. Depois, trabalhou contra a medida e foi obrigado a ceder para evitar uma derrota política humilhante.

Agora, o MEC reconheceu o papel de coadjuvante. Sensibilizada pela crise econômica, a pasta se antecipou ao archocho de Paulo Guedes e disse que pretende gastar menos R\$ 4,2 bilhões no ano que vem. O Orçamento só será fechado no fim do mês, mas o ministério jogou a toalha.

Ao explicar o corte, a pasta disse que a pandemia exige um esforço de "priorização das despesas". Os filhos feios de Bolsonaro devem sofrer mais com a tesourada. Já o Ministério da Defesa, favorito do presidente, pediu um aumento de 37% nos investimentos do ano que vem.

## Dinheiro na mão dos Bolsonaros

Ruy Castro

**RIO DE JANEIRO** No começo, você sabe, tudo era dinheiro, desde uma vaca até um saco de sal. Depois vieram as barras de ouro, que, por muito pesadas, foram convertidas em moedas, estas, em dinheiro de papel. O qual, após longo reinado, converteu-se em cheques, cartões de crédito e, agora, transferências digitais. A história do dinheiro é a da sua progressiva redução a algo simbólico, imaterial.

Não para a família de Jair Bolsonaro. Seus membros são fiéis ao dinheiro de papel. Transações que poderiam ser realizadas com um clique exigem, para eles, o trânsito de um pesado volume de cédulas, de um bolso ou carteira para outro, além do trabalho de contá-las. Um pagamento de R\$ 100 mil constará de mil notas de R\$ 100, a serem conferidas umedecendo os dedos numa esponja ou, como eles dizem fazer, lambendo-os.

Flávio Bolsonaro, então deputado estadual, comprou em 2008 várias salas num centro comercial do Rio por R\$ 86,7 mil em dinheiro vivo, que pediu emprestado ao pai, a um

irmão e a um assessor do pai, enfim numa sacola e levou ao caixa do Banco do Brasil. Em 2011, sua mulher, Fernanda Bolsonaro, foi agraciada com depósitos de R\$ 89 mil igualmente em espécie por seu generoso ex-motorista Fabrício Queiroz, depósitos de que Flávio, marido distraído, disse que nunca ficou sabendo.

Em 1996, Rogéria Bolsonaro, primeira mulher de Bolsonaro, comprou um apartamento em Vila Isabel, à vista e com dinheiro vivo, por R\$ 95 mil. Anna Cristina Valle, segunda mulher de Bolsonaro, também comprou 14 imóveis no Rio entre 1998 e 2008, num total de R\$ 5,3 milhões, boa parte em dinheiro. Diante disso só se pode elogiar Michelle Bolsonaro, atual mulher do homem — pelo menos os R\$ 89 mil que caíram em sua conta entre 2011 e 2016, cortesia idem de Queiroz, foram em cheque.

Notar que esses valores, atualizados, se multiplicariam e exigiriam muito mais cédulas. Sem problema. Os Bolsonaros gostam de pegar em dinheiro.

## Enxugando gelo

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici). Escreve às quartas

As pressões sobre o equilíbrio fiscal são sazonais. Atingem o seu máximo na preparação interna da proposta orçamentária. Os ministros, inconformados, vão ao Congresso Nacional para conseguir o impossível: que a soma das partes seja maior do que o todo.

A coisa assume proporções catastróficas quando eleva o Tribunal de Contas para discutir sobre a possibilidade de encontrar "uma brecha na lei do teto de gastos"; ou quando tentam seduzir o presidente de que é preciso gastar mais para se reeleger.

Hoje 96% do "orçamento" são ainda fixados pela "visão e desejo" dos constituintes de 1988, e apenas 4% dependem das decisões do presidente legitimamente eleito em 2018.

Jair Bolsonaro não entendeu o problema. Não foi ao Congresso para propor a "libertação" do Executivo e do próprio Legislativo para que, em harmonia e respeito às suas independências, pudessem dar a flexibilidade necessária à boa administração do país. Jogou fora 40% do seu período governamental sem aproveitar a força que lhe dera sua surpreendente vitória eleitoral para propor ao Congresso a mãe de todas as reformas — a do Estado — para poderem administrar, com seriedade, seriedade e eficiência, a sociedade brasileira.

Não teve coragem e determinação política para enfrentar as mazelas que vimos construindo pelo controle do Estado por um "grupo" não eleito que se apropriou do poder.

A prova desse fato é dispensável quando vemos que, mesmo com uma queda de quase 14% do PIB per capita entre 2015-2020, aquela casta burocrática não eleita passou incólume aos efeitos devastadores da crise econômica, social e de saúde pública. Os seus salários continuaram crescendo 4% real ao ano, seus empregos continuaram garantidos e o seu seguro saúde financiado, pacificamente, pelos párias, que já naturalizaram a situação a ponto de não percebê-la.

Temos muitas boas análises da grave situação das insuperáveis restrições institucionais para melhorar a administração do país. A primeira delas foi realizada no primeiro mandato de Lula, em 2003, quando o ministro da Fazenda era Antonio Palocci, o secretário-executivo era o competente Bernard Appy e o secretário de Política Econômica era o hoje consagrado economista Marcos de Barros Lisboa. Depois do magnífico diagnóstico, as desventuras da política nos levaram apenas a "enxugar gelo" e a aprofundar as chagas como confirmou, em 2017, o estudo do Banco Mundial, "Um ajuste justo".

Se o Executivo não tiver a coragem para enfrentar a reforma do Estado e os outros apeteçam insistir na "quebra teito", vamos continuar a "enxugar gelo" até nos afogarmos.

# Salim Mattar pede demissão e agora Guedes fala em debandada da equipe

Ele e Paulo Uebel, que também vai sair, estavam insatisfeitos com ritmo de privatizações e reformas

Isabella Macedo e Thiago Resende

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta terça-feira (11) que sua equipe econômica sofreu "uma debandada". Dois secretários especiais pediram demissão.

Segundo Guedes, Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização) decidiram deixar o governo de Jair Bolsonaro (sem partido).

Salim era o responsável pelas privatizações e Uebel pela reforma administrativa. Guedes reconheceu que ambos estavam insatisfeitos com o ritmo da execução de seus projetos. "Hoje houve uma debandada", disse Guedes. "Salim falou: 'A privatização não está andando, prefiro sair'. Uebel disse: 'A reforma administrativa não está sendo enviada, prefiro sair'. Esse é o fato, essa é a verdade".

O anúncio foi feito ao lado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Se referindo ao poder de decisão da cúpula do Congresso e de Bolsonaro, o ministro disse: "Senhores, quem dá o timing das reformas é a política. Quem tem voto é a política".

"Se o presidente da República quiser mandar alguma reforma é mandada, se não quiser, não é mandada", disse.

Uma proposta de reforma administrativa chegou a ser elaborado por Uebel em 2019, mas ela sequer foi apresentada ao Congresso diante da resistência de Bolsonaro. Em relação às privatizações, a equipe econômica cita entraves políticos e burocráticos.

Mais tarde, em entrevista à CNN Brasil, Mattar disse que privatização mexe no "jogo de interesses". Então, o establishment não deseja que aconteça privatizações.

A saída dos secretários reflete uma aceleração nas baixas do Ministério da Economia.

Em julho, Mansueto Almeida deixou o comando do Tesouro Nacional, e foi substituído por Bruno Funchal. Apesar de a troca ter sido esperada, foi a queda mais relevante da equipe de Guedes até então.

Depois, foram anunciadas as saídas do presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, e do diretor de programas do Ministério da Economia, Caio Megale.

Em abril, Marcos Troyo foi escalado para assumir a presidência do banco dos Brics (sigla para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Nesse caso, saiu, portanto, com apoio do próprio governo.

No ano passado, Joaquim Levy e Marcos Cintra deixaram, respectivamente, a presidência do BNDES e o comando da Receita Federal.

A debandada desta terça-feira, nas palavras de Guedes, como principal fator a demora na execução de planos do Ministério da Economia.

Além da avaliação do timing político para apresentar projetos estruturantes, a equipe econômica vem sofrendo resistência dentro do próprio governo. A dificuldade em apresentar a reforma administrativa, por exemplo, tem como origem críticas do Palácio do Planalto, inclusive do presidente Jair Bolsonaro.

Em relação ao plano de privatizações, Guedes já vinha demonstrando publicamente a insatisfação dele e de Mattar diante dos atrasos. Ainda na campanha eleitoral, Guedes apresentou a intenção de privatizar todas as estatais e, com isso, arrecadar R\$ 1,2 trilhão —dinheiro que seria usado para abater a dívida pública. Mas esse plano ainda está

longe de ser executado. Guedes, após assumir o governo, já reconheceu que esse projeto também tem que passar por um crivo político e, por isso, não consegue realizar uma privatização tão ampla.

Apesar dos entraves, especialmente burocráticos, para as

privatizações, o ministro costuma repetir que nas próximas semanas irá anunciar três ou quatro grandes operações de vendas de estatais. Para isso avançar, porém, precisará de apoio no Congresso.

A principal aposta do governo para 2020 era a venda do

controle da Eletrobras, que poderia render R\$ 16 bilhões à União. A ideia foi abandonada, mas o secretário esperava ao menos a aprovação de um projeto que viabiliza a privatização, o que ainda não ocorreu.

O plano audacioso de privatizações não andou no prime-

ro ano de governo. Em 2020, o plano foi interrompido pela pandemia do novo coronavírus. Após o agravamento da crise sanitária, Mattar anunciou a desistência do governo privatizar estatais neste ano por, segundo ele, não haver ambiente no mercado.

## Outras baixas na equipe econômica

**Jul.20**  
Rubem Novaes, presidente do Banco do Brasil

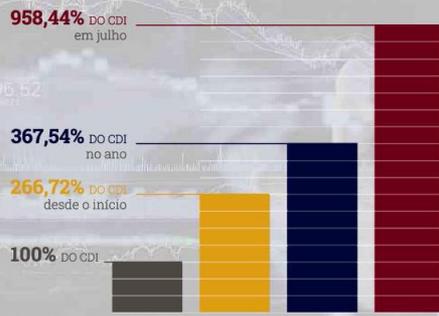
Caio Megale, diretor de Programas do Ministério da Economia

Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional

**Set. 19**  
Marcos Cintra, secretário especial da Receita Federal

**Jul.19**  
Joaquim Levy, presidente do BNDES

Invista com toda inteligência possível. Até a inteligência artificial.



### Conheça o Safrax Maxwell.

O fundo Safrax Maxwell traz a tecnologia da inteligência artificial para seus investimentos.

Algoritmos com milhares de simulações e análises simultâneas buscam as melhores soluções, combinados com toda a expertise dos especialistas Safrax.

Resultado? Um histórico acima dos indicadores do mercado.

Daqui pra frente, invista como um especialista



**Safrax**

SAFRAX MAXWELL MACRO FIC MULTIMERCADO FUNDO	CDI	% CDI
Julho	1,86%	0,19%
Ano	7,17%	1,95%
Desde o início/12 meses	11,18%	4,19%
		266,72%



fundo de investimento e indicadores econômicos é mera referência, e não meta ou parâmetro de performance. Safrax Maxwell Macro FIC FI Multimercado - CNPJ: 26.305.892/0001-22. Data de início do fundo: 18/2019. Este fundo é destinado a investidores em geral. O objetivo do fundo é aplicar seus recursos em cotas de FI de classes diversas e/ou cotas de FIC de classes diversas, sem possuir o compromisso de concentração em nenhuma estratégia específica. As tributações aplicáveis aos cotistas do fundo, como regra geral, são as seguintes: I - Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), por consequência, para fins tributários, o fundo poderá obter a classificação de "fundo prazo"; assim, os rendimentos auferidos pelo cotista sujeitar-se-ão à tributação pelo IRRF semestralmente (come-cotas). II - Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos), incidirá IOF regressivo nas aplicações com prazo inferior a 30 (trinta) dias, conforme tabela anexada ao Decreto nº 6.536/07 (e alterações posteriores). Classificação: Antíma Multimercados Livre. Taxa de administração: R\$ 2,20 a.a. Taxa de performance: 20% do que exceder o CDI. Não há taxa de saída. FI, médio dos últimos 12 meses (milhões): R\$ 91,23. Não há carência para resgate. Conversão D-1 (pagamento D-1 após a data de conversão). Classificação do produto de investimento: 7. Os principais fatores de risco estão relacionados a: liquidez - a redução ou inexistência de demanda dos ativos integrantes da carteira do fundo nos mercados em que são negociados, no prazo e pelo valor desejado, pode prejudicar a rentabilidade do fundo ou dificultar o atendimento dos prazos de resgate estabelecidos; mercado interno e externo e a fatores econômicos e/ou políticos nacionais e internacionais, e crédito, especialmente quanto ao risco de inadimplimento e oscilações de preço motivadas pelo spread de crédito. Rentabilidade - fonte: Quantum Avia. Data-base: 31/7/2020. Gestor: Safrax Asset Management Ltda. - CNPJ: 02.180.070/0001-31. Administrador: Safrax Serviços de Administração Fiduciária Ltda. - CNPJ: 06.942.853/0001-11. Os serviços de Distribuição e Custódia são prestados pelo Banco Safrax S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.902.789/0001-28. Suporte e fiscalização: Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br. Para mais informações, procure um gerente Safrax ou acesse www.safrax.com.br. Central de Atendimento Safrax: 0300-105-1234 (de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h30, exceto feriados). SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor): 0800-772-5755, atendimento a pessoas com necessidades especiais: auditivas e de fala: 0800-772-5555 (de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, exceto feriados); ou acesse www.safrax.com.br/atendimentoaocidadao.htm

## mercado coronavírus

## PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

## Queda livre

As baixas dos secretários Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização) do Ministério da Economia nesta terça-feira (11) foram uma decepção entre apoiadores de Bolsonaro. Winston Ling, o empresário que ficou conhecido como o responsável por apresentar Paulo Guedes ao presidente, diz que o Brasil está de volta ao abismo. "Corremos um sério risco com a perda de dois gigantes, firmes defensores da liberdade na economia", afirma ele.

**FOME** "Agora, temos de segurar os gastadores. Não há apoio político para limitar o estado. Perigo o estado vir a engolir tudo, aproveitando a farsa da pandemia. Alta de gasto, de imposto, como resolver a conta? Precisa de equipe, ninguém faz nada sozinho. E o centrão deve estar de olho na chave do cofre", disse Ling.

**SONHO** Empresários próximos de Mattar dizem que ele assumiu o posto com muito idealismo, acreditando que sairia com uma lista de privatizações no currículo, mas demorou para entender que seu maná de vender imóveis não levaria a lugar nenhum. Na opinião de seus amigos, ele estava em um cargo vazio porque quem toca privatização no país é mesmo o BNDES.

**MORTE ANUNCIADA** Desde que assumiu o cargo, a saída de Mattar era frequentemente motivo de especulação nos corredores do ministério. Com três meses no posto, o próprio secretário apareceu em uma entrevista à Veja dizendo que se sentia frustrado.

**SAIDEIRA** Mattar já havia começado essa semana com menos energia do que terminou a última. Na sexta, ele defendeu nas redes sociais a privatização dos Correios e fez provocações a funcionários da estatal. Nesta segunda (10), seus assessores diziam que ele não queria mais falar do assunto, como mostrou o Painel S.A. E que a decisão era irreversível.

**ÁGUA** A Desenvolve SP diz que está em negociação para captar US\$ 75 milhões para a despoluição do rio Pinheiros com o IFC, braço do Banco Mundial para o setor privado. A instituição também espera captar da CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) e do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento, dos Brics).

**MARGEM** Se der certo, vai aliviar o receio das empresas que embarcaram no projeto do Pinheiros, amparadas no plano de financiamento do governo de João Dória para as vencedoras dos editais da Sabesp.

**FOZ** A recuperação do rio é menina dos olhos de Dória e tem potencial de valorização imobiliária do entorno.

**BOLSO** As centrais sindicais vão debater a reforma tributária com uma proposta própria, cuja bandeira será a tributação dos super-ricos. A discussão começa nesta quarta-feira (12) entre Ricardo Patah, presidente da UGT, Miguel Torres, da Força Sindical, e Sérgio Nobre, da CUT. A ideia, segundo Patah, é manter a desigualdade social na pauta.

**ECO** Difícil é conseguir interlocução com o Executivo, segundo as centrais. Por enquanto, os alvos da tentativa de diálogo são Guilherme Afif, assessor do Ministério da Economia, e os secretários de Trabalho Bruno Dalco e Bruno Bianco. No Congresso há mais chances de retorno.

**RESERVA** Para ajudar os pequenos hotéis e pousadas que ficaram fechados na quarentena, a cerveja Corona, da Ambev, pagou 5.000 diárias de cortesia a quem fez compras antecipadas de hospedagens em 200 estabelecimentos. A primeira diária fica por conta da cervejaria com vouchers válidos até novembro de 2021.

**CASA** O futuro do home office para jovens aprendizes estava incerto desde que caducou a Medida Provisória sobre o tema, mas o Ministério da Economia autorizou na segunda (10) que o trabalho siga de casa até o fim do estado de calamidade.

**A DISTÂNCIA** Em julho, a pasta havia distribuído um comunicado dizendo que os contratos alterados para a modalidade remota na vigência da MP poderiam seguir assim, mas quem entrasse no programa após ela perder efeito deveria trabalhar presencialmente.

**CHAVE** O valor do aluguel em São Paulo subiu 0,3% em julho ante junho, segundo levantamento da Imoveweb que considera imóveis de aproximadamente 65m²; dois dormitórios e uma vaga de garagem.

**TETO** Conforme a pesquisa, porém, dois dos três bairros com o aluguel mais caro de SP tiveram queda no preço em julho. Enquanto Vila Cordeiro subiu 0,7%, Vila Olímpia e Itaim Bibi recuaram 0,6% e 0,8%, respectivamente.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## INDICADORES

## JUROS



## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência julho\*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$	Alíquota
1.045	7,5%
R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

\*O prazo para a competência de julho vence em 20 ago para empresas, para pessoas físicas, vence em 15 ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

## IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04
Empregador	20%	250,50

\*O prazo para o patrão da doméstica vencer em 7 ago. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

## Bolsonaro deve desistir de ampliar gastos com obras neste ano

Economia tenta barrar movimento que quer elevar investimentos em R\$ 35 bilhões; há risco de impeachment, afirma Paulo Guedes

Julio Wiziack, Julia Chaib e Thiago Resende

**BRASÍLIA** O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deve desistir de levar adiante um plano de R\$ 35 bilhões em obras que estourariam o teto de gastos no momento em que ministérios pressionam por mais recursos neste ano e em 2021. Bolsonaro cedeu aos apelos do ministro Paulo Guedes (Economia), que resistia à pressão da ala militar do governo. Liderada pelo ministro Walter Braga Netto (Casa Civil), esse grupo vem articulando um programa de despesas com obras, que, para serem implementadas, extrapolariam os limites estabelecidos pelo teto de gastos.

A regra atrela o aumento da despesa de um ano à inflação do ano anterior.

Braga Netto conta com o apoio dos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura).

A União já injetou mais de R\$ 926 bilhões para conter os danos causados pelo vírus. O programa também seria um modo de angariar apoio de deputados e senadores contra um possível processo de impeachment e também para consolidar uma base aos projetos do governo no Congresso.

Por isso, segundo assessores presidenciais, Bolsonaro não gostou de ter de voltar atrás e ceder aos apelos do chefe da Economia, que defende o cumprimento do teto, única âncora fiscal em vigor hoje.

Mesmo assim, houve um acordo, segundo pessoas que participaram das negociações. Em vez de R\$ 35 bilhões, serão somente R\$ 4 bilhões em obras relacionadas à redução do impacto da pandemia no país.

Para isso, o governo deverá enviar um pedido de crédito extraordinário ao Congresso para que o valor seja empenhado neste ano.

A expectativa é que grande parte desses projetos seja realizada até o final do ano com a possibilidade de que uma parcela pequena de "restos a pagar" seja transferida para o próximo ano.

O plano de obras, batizado de Pró-Brasil, sequer contou inicialmente com a participação de Guedes. O ministro foi apresentado ao projeto em uma reunião interministerial



Ministro Paulo Guedes e presidente da Câmara Rodrigo Maia; ambos são contra medidas que possam estourar o teto de gastos Pedro Ladeira/Folhapress

no Palácio do Planalto, horas antes do anúncio oficial.

Nos bastidores, Guedes até defende algumas obras, desde que enquadradas pelo teto.

O presidente Bolsonaro, no entanto, viu no Pró-Brasil uma forma de viabilizar politicamente seu plano de conseguir apoio no Congresso especialmente junto aos parlamentares do chamado centrão.

O Palácio do Planalto pretendia enquadrar o investimento de R\$ 35 bilhões dentro da Proposta de Emenda Constitucional que definiu o estado de calamidade pública no país. Por ela, haveria margem para que as obras ficassem fora do teto.

No entanto, havia dívidas de obras, que ocorreriam em reduções políticas de parlamentares (como açudes, poços artesianos, dentre outras), poderiam ser enquadradas como emergenciais na pandemia.

A Casa Civil pensou em consultar o TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a possibilidade de empenhar integralmente os R\$ 35 bilhões em obras neste ano, mas, segundo assessores de Guedes, a ideia foi abortada diante da costura do acordo.

Nesta terça-feira (11), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) se encontrou com Guedes e, após reunião, saiu em defesa do teto.

"Não tem jeito, não tem esperteza. O que tem é uma realidade. Temos uma carga tributária de mais de 33% do PIB somado ao déficit primário. Precisamos entender que essa conta está dentro do governo. Está dentro do Con-

## + UM SEGURO FISCAL

O teto é hoje a única âncora fiscal que está em vigor e serve para mostrar aos investidores que o país está comprometido em manter seus gastos sob controle. As demais âncoras são a meta de déficit e a regra de ouro. Ambas vêm sendo descumpridas reiteradamente diante do aperto das contas públicas. Com o aceno do governo de que haveria mais gastos fora do teto, o mercado reagiu mal. Nesta terça-feira (11), o Ibovespa, principal índice do mercado brasileiro, fechou em queda de 1,23% (102.174 pontos). Para analistas, a queda reflete a desconfiança de investidores com a situação fiscal

gresso", afirmou Maia.

Guedes disse que vai brigar com os ministros que tentam furar o teto. "Os conselheiros do presidente que estão aconselhando a pular a cerca e furar o teto e vão levar o presidente para uma zona de incerteza, uma zona sombria, uma zona de impeachment, de responsabilidade fiscal. E o presidente sabe disso e tem nos apoiado".

O chefe da Economia lembrou o recente embate que teve com Rogério Marinho, ministro do Desenvolvimento Regional. Marinho, que foi secretário da Previdência de Guedes antes de tornar ministro, foi um dos pivôs do plano Pró-Brasil. Foi chamado de "traidor" por Guedes por levar a diante um plano de gastos fora do teto.

A pressão pela flexibilização do teto ocorre no momento em que ao menos seis ministérios (Educação, Minas e Energia, Desenvolvimento Regional, Infraestrutura, Cidadania e Defesa) já pedem mais recursos para despesas e investimentos no Orçamento deste ano e no de 2021.

O arrocho já afetaria estatais ligadas ao Ministério de Minas e Energia. A pasta pede R\$ 100 milhões a mais neste ano alegando que precisa evitar, por exemplo, que as usinas de Angra 1 e Angra 2 sejam desligadas. Na Infraestrutura, o ministro Tarcísio de Freitas quer ampliar em R\$ 2 bilhões os gastos. O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, pressiona para armamentos e outros suprimentos das Forças Armadas supere 2% do PIB.

## Presidente assina projeto de lei para estimular navegação de cabotagem na costa brasileira

Ricardo Della Coletta

**BRASÍLIA** O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça-feira (11) projeto de lei que muda regras de navegação de cabotagem, cujo objetivo é modernizar e aumentar o total de carga movimentado pelo setor.

Segundo o ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), que participou do ato de assinatura no Palácio do Planalto, a meta é aumentar nos próximos três anos a marca de 1,2 milhão de contêineres transportados anualmente para 2 milhões, além de elevar a oferta de embarcações em 40%.

Cabotagem é o termo utilizado para a navegação entre portos brasileiros. O projeto foi batizado pelo governo de "BR do Mar".

"É um projeto que no final das contas tende a deixar a cabotagem mais barata. A gente tem um objetivo que é aumentar a oferta de embarcações", disse Tarcísio. Segundo ele, o transporte de cabotagem no Brasil tem crescido 10% anualmente, mas o governo vê potencial para que o avanço ocorra num ritmo mais acelerado, de até 30%.

Segundo o ministério comandado por Tarcísio, o projeto, encaminhado com urgência para o Congresso, muda normas de afretamento de embarcações — tipo de contratação de transporte marítimo.

O projeto propõe que empresas com frota nacional poderão afretar navios com a bandeira estrangeira, para reduzir custos operacionais. A proposta também estabe-



É um projeto que no final das contas tende a deixar a cabotagem mais barata. A gente tem um objetivo que é aumentar a oferta de embarcações

Tarcísio de Freitas  
Ministro da Infraestrutura

lece novas regras para empresas de menor porte sem embarcações próprias que queiram realizar afretamentos.

Outra mudança prevista no texto é a que permite que empresas estrangeiras usem recursos do Fundo de Marinha Mercante para financiar a docagem de seus navios em estaleiros brasileiros.

O ministério argumenta que isso beneficiará não apenas empresas estrangeiras, mas também as brasileiras que atualmente recorrem a estaleiros na Europa e na China. Além disso, o projeto permite a celebração de contratos temporários para movimentação de carga que não possa operar no porto, o que, segundo a Infraestrutura, agilizará a operação de terminais dedicados à cabotagem.



## A urgência da reforma administrativa

A pandemia expôs o caráter perverso de um Estado transformado em máquina de gerar desigualdade

O novo coronavírus tem exposto sem piedade as mazelas dos países por onde se alastra. Ora são deficiências no sistema de saúde, ora nas condições de habitação. Ora o nacionalismo tacanho, ora a falta de espírito coletivo e cidadania. Aqui a ignorância, ali o obscurantismo. No Brasil, além de tudo isso, a pandemia desnudou o caráter perverso do nosso Estado, uma máquina de gerar desigualdades que provê serviços precários a quem mais precisa.

Para constatar tal fato, basta examinar o que aconteceu aos salários das mesmas ocupações nas esferas pública e privada. Pelos últimos dados disponí-

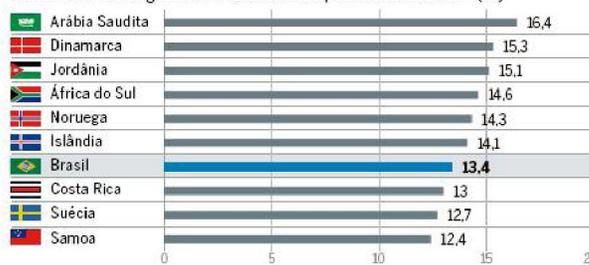
veis para 24 setores, analisados a pedido do GLOBO pelo economista Daniel Duque, os funcionários da iniciativa privada receberam em junho 21% a menos do que ganhavam antes da pandemia (e trabalharam 25% menos horas). Para servidores públicos, a redução salarial foi de apenas 3% — e a carga de trabalho, 29% menor.

A pandemia desnudou ainda nossa incapacidade atávica de encarar tais problemas com maturidade. Num país sem capacidade de investimento, em que faltam infraestrutura, energia, saneamento e transporte; segurança, saúde e educação de qualidade, o debate foi capturado por uma espécie de ira santa contra os mecanismos que garantem o equilíbrio fiscal.

Foi pelos ares a “regra de ouro”, dispositivo constitucional que impede o governo de contrair dívidas para pagar despesas correntes. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) virou letamorta, descumprida por 14 estados sob o beneplácito do Supremo, que anulou os dois dispositivos que permitiriam reduzir o dispêndio com pessoal. Uma campanha reúne políticos, economistas e oportunistas de todo tipo em favor do relaxamento do teto de gastos. A reforma administrativa, que traria um mínimo de racionalidade ao serviço público, foi adiada pela enésima vez. O

### O PESO DO FUNCIONALISMO

Países com maior gasto com funcionários públicos sobre PIB\* (%)



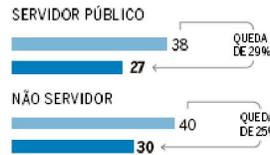
### EFEITO COVID

Antes da pandemia (cinza) | Em junho (azul)

#### Queda na remuneração média de 24 setores de atividade no Brasil



#### Queda no número de horas trabalhadas em 24 setores de atividade no Brasil



\*2018

Fontes: FMI / Pnad-Covid-19 / Daniel Duque (Centro de Liderança Pública)

Editoria de Arte

maram 49% do PIB em 2019. De cada dois reais produzidos no ano passado, um foi tragado pela máquina.

Em três décadas, o funcionalismo brasileiro cresceu de 5,1 milhões para 11,4 milhões (18% da população ativa, segundo estudo do Instituto Millenium). Das três esferas de poder, a federal é aquela em que as despesas mais aumentam. Entre 2008 e 2019, enquanto os funcionários federais cresceram 11%, os gastos com eles subiram 125%. O Brasil gastou, em 2019, R\$ 928 bilhões, ou 13,7% do PIB, no pagamento de seus empregados. Numa lista de 80 países com dados de 2018, fomos o sétimo que mais gastou (veja no gráfico).

Gastamos com funcionalismo mais que Chile (6,9%), Peru (6,6%) ou Colômbia (6,4%). Mais que França (12,1%), Portugal (10,3%) ou Alemanha (7,5%). Gastamos mais que o do-

médios para quem ingressa numa função de nível superior equivalem a quase o quádruplo dos pagos a funções que exigem a mesma competência no setor privado. Não é à toa que nos tornamos o país dos concursários. Dois terços dos funcionários federais estão entre os 10% com maior renda (em 2019, a média salarial foi de R\$ 10,4 mil).

O problema se agrava em virtude da barafunda de três centenas de planos de carreira distintos, com 440 rubricas salariais para mais de 22 mil cargos ou funções e 131 mil postos com gratificações. Promoções são automáticas, por tempo de serviço, não mérito. Bônus por desempenho são concedidos a quase todos. Demissões inexistem. O Estado brasileiro ainda emprega operadores de linotipo e videocassete. Todas essas distorções — e não apenas os supersalários repletos de penduricalhos do Judiciário

presidente Jair Bolsonaro nem quer ouvir falar no assunto.

Em vez dela, romper o teto se tornou a obsessão dos que buscam uma saída conveniente para a falta de recursos para investir. É uma narrativa tão sedutora quanto estapafúrdia. A maior causa da escassez não é o teto, mas o crescimento galopante e inarredável dos gastos obrigatórios, que, em dez anos, saltaram de 75% para 94% do Orçamento. Se a reforma da Previdência conteve a explosão nas aposentadorias e benefícios, resta intocado o aumento das despesas com o funcionalismo. Com teto e tudo, os gastos do Estado não pararam de crescer e so-

bro do que investimos em educação e três vezes e meia o que despendemos em saúde. Num país em que cem milhões vivem sem esgoto e 35 milhões não têm água potável, só os funcionários federais civis consomem 21 vezes os recursos investidos em saneamento.

As distorções não param por aí. Amé- dia salarial do setor público (R\$ 6.219) foi, em 2019, 240% maior que a do setor privado (R\$ 2.498). Um estudo do Banco Mundial estimou que, se as 30 ocupações mais comuns do funcionalismo recebessem remuneração equivalente à da iniciativa privada, haveria economia mensal de R\$ 15 bilhões.

No serviço público federal, os salários

ou do Ministério Público — contribu- em para a desigualdade.

Primeiro, por criar uma elite aferrada a privilégios, incapaz de resistir ao apelo corporativo. Segundo, por drenar recursos que deveriam ser destinados à prestação de serviços públicos melhores, que fazem falta justamente aos mais pobres. Os próprios servidores menos privilegiados e os mais competentes se sentem desvalorizados. Nas palavras da economista Ana Carla Abrão, é um “modelo que não deixa ninguém satisfeito e está quebrando o país”. Ao desnudar a desigualdade intrínseca a nosso setor público, a pandemia tornou ainda mais urgente a reforma administrativa.

Veículo: Estadão	
Data: 12.08.2020	Caderno: Economia



## Arrecadação do ICMS cresce em seis Estados do Norte e do Centro-Oeste

Tributo responde a 85% das receitas que entram no caixa dos governadores; aumento se deu à exportação e aumento do dólar, que favoreceu as economias da região

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

12 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Mesmo com a crise provocada pela pandemia da **covid-19**, seis Estados do **Centro-Oeste** e do **Norte** conseguiram fechar o primeiro semestre sem perda na arrecadação do **ICMS**, tributo que responde por 85% das receitas que entram no caixa dos governadores. Impulsionado pelo agronegócio, **Mato Grosso** chegou a ter um aumento real (acima da inflação) de 15,17% nos seis primeiros meses do ano ante mesmo período de 2019.

No outro extremo, o **Ceará** perdeu 11,71% da sua arrecadação do ICMS, liderando a lista dos Estados com maiores perdas, segundo levantamento da **Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite)**.

O levantamento mostrou que o ICMS teve comportamento distinto entre as regiões brasileiras no primeiro semestre. De forma geral, olhando todo o **Brasil**, houve uma queda de 5,58% na arrecadação. As

Regiões Norte (1,43%) e Centro-Oeste (3,35%) apresentaram ganho real em meio à pandemia.

As demais regiões – **Nordeste**, **Sudeste** e **Sul** – tiveram perda real média elevada com a receita de ICMS. Os Estados do Nordeste amargaram queda de 7,46% na arrecadação, no topo do ranking das maiores perdas. Além do Ceará, **Rio Grande do Norte**, **Sergipe** e **Pernambuco** também sofreram com perdas significativas de receita. Para os Estados do Sudeste, a queda foi de 7,17%. No Sul, o recuo foi ligeiramente mais baixo: 6,56%.

Maior economia do País, **São Paulo** perdeu 7,21% da receita do ICMS, enfrentando os efeitos negativos da pandemia em diferentes setores, principalmente na indústria automotiva. Com maior número de montadoras, São Paulo sofreu, principalmente, com o impacto do pior semestre na produção brasileira de veículos desde 1999, de acordo com dados da **Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores**. A produção de veículos no Brasil caiu 50,5% e as exportações de recuaram 46,2%.

Segundo o presidente da **Febrafite**, **Rodrigo Spada**, causa “espanto” que alguns Estados tenham tido aumento de arrecadação. Na sua avaliação, a distribuição linear do socorro de R\$ 60 bilhões do governo federal para Estados e municípios, como uma ajuda financeira para reduzir os efeitos econômicos da pandemia, não foi a mais eficiente. “Deveria ter sido de acordo com a perda e não com a arrecadação de cada Estado. Tem Estado que está ganhando.”

Spada justificou o aumento da arrecadação em **Mato Grosso** e **Mato Grosso do Sul** devido à atividade agrícola exportadora forte e os efeitos do aumento do dólar.

O levantamento, que teve como base dados do **Conselho Nacional de Política Fazendária**, colegiado que reúne as secretarias de

Fazenda dos Estados, foi feito pela **pesquisadora [FGV](#), Juliana Damaceno**, e o **auditor Fiscal do Ceará, Gevano Rios**.

Veículo: Estadão	
Data: 12.08.2020	Caderno: Economia



## Reforma tributária de SP prevê corte de 20% em benefícios fiscais do ICMS

Tesourada em renúncias pode garantir aumento de até R\$ 8 bi na arrecadação, de acordo com proposta que deve ser apresentada hoje à Assembleia Legislativa; João Doria também negocia corte de funcionários

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

12 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - De olho em aumentar a arrecadação para enfrentar os efeitos da crise em 2021, o governo de **São Paulo** vai encaminhar à **Assembleia Legislativa** projeto que faz um corte linear de 20% em todos os benefícios fiscais concedidos com o **ICMS**, a principal fonte de receita do Estado. A tesourada das renúncias fiscais deve garantir um aumento de arrecadação de R\$ 8 bilhões.

Por ano, o Estado deixa de arrecadar R\$ 40 bilhões de ICMS com os incentivos concedidos a empresas e setores específicos. A arrecadação de ICMS prevista para o ano que vem é de cerca de R\$ 141 bilhões. O ICMS representa 66% da arrecadação do Estado.

A medida faz parte da primeira fase de projeto de modernização tributária e de retomada econômica em elaboração pelo governo paulista, diante do período ainda difícil previsto para o ano que vem. O

pacote prevê um impacto financeiro total de R\$ 8,78 bilhões e inclui também enxugamento da máquina administrativa, com a extinção de autarquias.

Com a medida, São Paulo segue o **Rio Grande do Sul**, que também apresentou proposta de reforma tributária com corte de renúncias. Já o governo federal deve cortar incentivos que equivalem a 4,2% do **Produto Interno Bruto (PIB)** com a proposta de criar um novo tributo para substituir **PIS e Cofins**.

O vice-governador e secretário de governo, **Rodrigo Garcia**, articula politicamente com a Assembleia a aprovação do projeto de lei até o fim de setembro para que o corte das renúncias possa entrar em vigor em janeiro. É preciso um período de quarentena de três meses para que a medida entre em vigor.

Garcia se reuniu com a bancada governista para discutir o envio do projeto à Casa, previsto para hoje – e com publicação no Diário Oficial amanhã. Aos deputados, disse que a estratégia faz parte do plano para conseguir equalizar as contas públicas depois do fim da suspensão do pagamento da dívida com a União e outros auxílios do governo federal que estão vigorando na pandemia.

Segundo ele, em 2021 é preciso fazer a lição de casa e garantir recursos para pagar salários, fornecedores e garantir o mínimo de investimento. “Por isso, a urgência em sair na frente e aprovar essas medidas para garantir caixa para 2021”, afirmou Garcia aos líderes de bancada.

## **Renúncias**

Dos R\$ 8 bilhões que serão obtidos com o corte das renúncias, 25% têm vinculação destinada para os municípios. Os cálculos apontam um ganho líquido de R\$ 3,4 bilhões para os cofres do Estado, sem essas

vinculações. O governo projeta um rombo de R\$ 10,4 bilhões para 2021, com receitas estimadas em R\$ 214,9 bilhões e despesas de R\$ 225,4 bilhões.

O enxugamento da máquina prevê a extinção de dez fundações e autarquias, entre elas, EMTU (empresa que cuida de transporte de passageiros intermunicipais); CDHU (habitação); Daesp (aeroportos regionais); e Sucen (o combate de endemias que hoje é feito pelos municípios na forma de convênios). Por conta desse enxugamento, está prevista a demissão de 5.600 profissionais celetistas que foram contratados até 1983. O plano de retomada prevê, numa segunda fase, uma lista de concessões que está sendo fechada pelo governo paulista.

Veículo: Estadão	
Data: 12.08.2020	Caderno: Economia



## Equívocos e acertos na reforma tributária

No debate, é preciso evitar distorções conceituais e respeitar os princípios tributários consolidados

**Roberto Luis Troster\*, O Estado de S.Paulo**

12 de agosto de 2020 | 04h00

Uma tributação bem desenhada é um instrumento poderoso de política econômica para induzir investimentos, criar postos de trabalho e melhorar a distribuição de renda. Quando está mal concebida, causa efeitos perversos que podem ser evitados.

A proposta do Executivo enviada ao **Congresso Nacional** propondo a substituição das contribuições de **PIS** e **Cofins** pela **Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS)** é um manifesto de querer melhorar. Cria a oportunidade para propor aprimoramentos e eliminar distorções na tributação de operações de crédito.

Uma primeira proposta que sugiro é corrigir o equívoco de confundir juros com bens e serviços. Juros, aluguéis, lucros e salários são remunerações aos fatores de produção. São rendas de aplicadores, proprietários, empresários e trabalhadores. É fato consolidado na teoria econômica e na tributária. Tecnicamente, chamar de receita, ou de qualquer outro nome, não muda em nada suas características. Serviços bancários são serviços e devem ser tributados como serviços, e juros são juros e devem ser considerados assim.

Está sendo analisada a criação de uma contribuição sobre transações eletrônicas. Ainda sem um nome definitivo, é o retorno da **CPMF**. A alíquota ventilada é de 0,2% sobre cada transação. Tomando como base o ano passado e supondo que não houvesse uma monetização das operações, o valor arrecadado teria evitado o déficit primário. Do ponto de vista da arrecadação de curto prazo, é um imposto bom. É fácil de ser implantado e quase impossível de ser sonegado. Mas é, também, um imposto perverso: tira competitividade da economia, aumenta a concentração de renda, desestimula investimentos e destrói postos de trabalho. É uma besteira.

Uma besteira maior, que não está no radar das **reformas**, é o **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)** no crédito. É um caso único no mundo. Enquanto alguns países tributam fortunas, o **Brasil** tributa dívidas. É difícil de imaginar um imposto mais perverso do que este.

A tributação dos juros, a CPMF, o IOF e algumas distorções do **Imposto de Renda (IR)** dos bancos são resultados de uma visão míope e estática da tributação. Há operações de crédito em que a participação do governo no que o tomador paga é maior do que a dos bancos. Soluções míopes de problemas fiscais no passado causaram danos duradouros na economia.

A cada aumento da tributação na intermediação, há uma elevação da taxa de juros e, conseqüentemente, menos crédito, menos investimentos, menos consumo e mais inadimplência. No curto prazo, a incidência desses impostos é dos tomadores de crédito. No longo prazo, é da economia brasileira, que cresce menos do que poderia.

A questão é o que fazer. É imprescindível debater o impacto da estrutura tributária no crescimento, no emprego e na concentração de

renda no médio e no longo prazos. O objetivo final da reforma é aumentar o bem-estar do País; solucionar o déficit fiscal este ano é um objetivo de curto prazo, importante, mas subordinado ao objetivo final.

No debate, é necessário evitar distorções conceituais e respeitar os princípios tributários consolidados na literatura econômica. Deve-se zerar o IOF e a CBS sobre juros e abandonar a ideia de reintroduzir a CPMF. Para que a redução da tributação seja repassada ao crédito, são necessárias novas regras de classificação e de precificação de operações.

A redução da receita pode ser compensada transferindo a tributação para o exigível dos bancos. Tem méritos prudenciais. É uma prática adotada em outros países. Deve-se, também, tributar a renda fixa como renda na fonte e com a alíquota de 27,5% para todos os prazos e títulos. A renda de juros é renda, tributa-se com IR.

O País vive um momento de transformações e de reflexões. O que se está propondo é razoável, factível, mantém o nível de arrecadação, melhora a progressividade da tributação, reduz a cunha bancária, baixa os juros e torna a oferta de crédito mais adequada para ajudar o País a superar a crise.

Veículo: Estadão	
Data: 12.08.2020	Caderno: Economia



## Reforma tributária sai até o fim do ano, aponta pesquisa com deputados

Segundo levantamento da XP Investimentos 56% dos parlamentares dizem acreditar que reforma passa pelas duas Casas até dezembro; maioria é contra imposto sobre pagamentos digitais

**Douglas Gavras, O Estado de S. Paulo**

11 de agosto de 2020 | 16h47

Para a maioria (56%) dos deputados, a reforma tributária tem grande chance de aprovação na Câmara e no Senado até o fim deste ano, segundo pesquisa da XP Investimentos. O levantamento também aponta que a maior parte dos parlamentares é contra a criação de um [imposto sobre pagamentos digitais](#), como quer o governo.

A discussão sobre uma reformulação do sistema de impostos do País já vinha ganhando força mesmo antes da pandemia do novo coronavírus. Na visão dos políticos, a [reforma tributária](#) é hoje o projeto que mais tem probabilidade de sair até o fim de 2020, em uma lista de oito propostas, que inclui o Renda Brasil — programa que o governo quer criar em substituição ao Bolsa Família — e a independência do Banco Central.

Sobre as mudanças necessárias no sistema de cobrança de impostos do País, algumas medidas, como a taxaçoão de grandes fortunas e a criação

de faixas de Imposto de Renda para os mais ricos, têm grande apelo junto aos parlamentares. 66% deles dizem que é preciso taxar fortunas e 63% apoiam a cobrança de Imposto de Renda maior para os ricos.

Uma [reportagem publicada no Estadão](#) no começo deste mês já apontava que a crise gerada pela covid-19 havia acendido o debate no País sobre a necessidade de aumentar os impostos dos mais ricos, junto com as propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso. Também têm a simpatia dos parlamentares aumentar a taxaço sobre heranças — 56% são a favor dessa medida — e que o País volte a taxar lucros e dividendos de empresas (57%), com a redução de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica.

Por outro lado, 66% dos deputados se dizem contra a criação de um imposto sobre pagamentos digitais, como pretende o ministro da Economia, Paulo Guedes. É que o governo brasileiro planeja criar um imposto de 0,2% sobre pagamentos digitais, o que os críticos à proposta chamam de "[nova CPFIM](#)". Os recursos seriam usados para compensar a perda de arrecadação com uma eventual desoneração da folha de pagamentos.

Mas ainda que esse novo tributo ajude a custear programas de transferência de renda, como o Renda Brasil ou a desoneração da folha de pagamentos, 48% dos entrevistados se diz contra a criação do tributo.

A maior parte dos políticos entrevistados diz acreditar que a reforma deve, principalmente, unir e simplificar tributos federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Programa de

Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Confins).

Os políticos também opinaram sobre o impacto que as eleições municipais deste ano terão sobre o ritmo de votações dos projetos. Para a maior parte deles, 39% as votações devem ser mais impactadas no início de outubro.

A pesquisa ouviu 146 dos 513 deputados federais, da oposição e a favor do governo, entre os dias 20 e 31 de julho, por meio de entrevistas. A maioria dos entrevistados é do PT, PSL e PSD.

# Demora em reformas provoca “debandada”, diz Guedes

Secretários se frustraram com atrasos em privatizações e reformulação administrativa

Por **Marcelo Ribeiro** — De Brasília

12/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O ministro da Economia, Paulo Guedes, classificou como uma “debandada” as duas baixas que sofreu em seu time no dia de ontem. Pediram demissão os secretários especiais de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar, e de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel. Segundo o ministro, eles estavam insatisfeitos com a demora no avanço das privatizações e da reforma administrativa.

Segundo o **Valor** apurou, houve uma frustração com a realidade de Brasília, onde imperam o compadrio e um regime de privilégios, deixando muito pouco espaço para uma agenda liberal e que as promessas de campanha têm dificuldades de serem implementadas. Por meio de nota, o Ministério da Economia disse que os agora ex-secretários agradeciam a oportunidade, mas não informou os nomes dos substitutos.

Guedes relatou que Salim Mattar disse que preferia deixar o cargo, uma vez que estava insatisfeito com o ritmo de privatização. Já Uebel, complementou, disse o mesmo em relação à reforma administrativa. O ministro tem dito que, apesar da expectativa em relação à reforma administrativa, o próprio presidente Jair Bolsonaro decidiu adiar seu envio ao Congresso para evitar reações da população logo após a aprovação da reforma da Previdência.



Ads by Teads

“Ele [Mattar] diz que é muito difícil privatizar, que o establishment não deixa haver privatização, que tudo é muito difícil, muito emperrado, que tem que ter um apoio mais definido e decisivo”, destacou o ministro. “O que eu digo para o Salim e sempre disse é o seguinte: que para fazer a reforma da Previdência, cada um de nós teve que lutar. Para fazer a cessão onerosa, cada um de nós teve que lutar. Para privatizar, cada um de nós tem que lutar. Não adianta ficar esperando a ajuda do papai do céu. Você tem que lutar. A nossa proposta foi de transformação do Estado, então nós vamos tentar e vamos correr até conseguir.”

Segundo o ministro, diálogo semelhante teria ocorrido com Uebel. “A reforma administrativa está parada. Então ele reclama também que a reforma administrativa parou.”

Guedes destacou a diferença das duas demissões em relação às saídas de Mansueto Almeida da Secretaria do Tesouro Nacional, de Caio Megale da Diretoria de Programas da Secretaria Especial de Fazenda e de Rubem Novaes da presidência do Banco do Brasil. Citou também o caso de Marcos Troyjo, que deixou a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacional para ir para o Banco do Brics. Disse que, nesses casos, não houve “debandada”, conforme falou.

No entanto, afirmou na sequência admitiu que a saída de hoje dos secretários Mattar e Uebel foi, sim, uma debandada. “A reação à debandada de hoje é acelerar as reformas”, afirmou. “Hoje houve uma debandada. Hoje houve.”

O ministro justificou o travamento das reformas pelo ritmo imposto pela lógica política. “Quem dá o timing das reformas é a política. Quem manda não é o ministro,

os secretários”, disse.

As declarações de Guedes ocorreram em frente ao Ministério da Economia, depois de uma reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e com o líder do PP na Casa, Arthur Lira (AL). Eles trataram da agenda legislativa, formas de melhorar o gasto público e aumentar investimentos, sem furar o teto de gastos.

Guedes reiterou a defesa da reforma do Estado, destacando que no início do ano foi havia sido proposta uma reforma orçamentária via pacto federativo, a reforma administrativa estava prevista e a reforma tributária, encaminhada. No entanto, o país foi atingido pelo novo coronavírus.

Ele também destacou que não haverá nenhum apoio do Ministério da Economia a ministros que defendam o desrespeito ao teto de gastos, assegurando que brigará pelo respeito à regra. “Os conselheiros do presidente que estão aconselhando a pular a cerca e furar teto vão levar o presidente para uma zona sombria, uma zona de impeachment, de irresponsabilidade fiscal. O presidente sabe disso, o presidente tem nos apoiado.” **(Colaborou Edna Simão)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer  
NATURA

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma? Saiba o segredo que eles estão escondendo de você  
FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Vantagens da máscara descartável. Confira o preço  
HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

## DF propõe vara judicial exclusiva para casos de ICMS

Objetivo é acelerar a tramitação das execuções fiscais, especialmente as que envolvem grandes devedores

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

12/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Advogado Tiago Conde: criação de uma vara especializada em ICMS não trará prejuízo ao contribuinte — Foto: Andre Coelho/Valor

A Procuradoria do Distrito Federal pediu ao Tribunal de Justiça (TJ-DF) a criação de uma vara especializada em ICMS. O objetivo é acelerar a tramitação das execuções fiscais, especialmente as que envolvem grandes devedores.

A dívida ativa do Distrito Federal é de R\$ 36 bilhões. Do valor total, 70% está concentrado em 766 devedores, geralmente empresas. O governo recupera cerca de 0,3% da dívida, em média, o pior percentual do país, segundo o procurador-geral adjunto da Procuradoria Fiscal, Carlos Valenza.

A expectativa de Valenza é de elevar a recuperação com a criação de uma vara especializada - por meio de uma nova unidade ou transformação de uma já existente. O Distrito Federal, acrescenta, cobra tributos estaduais e federais e assim poderia tornar mais ágil a execução de seu principal imposto.

A procuradoria estima que há cerca de 16 mil execuções fiscais que cobram exclusivamente ICMS, com valor de cerca de R\$ 16 bilhões. Ou seja, 5% dos processos englobam 44% do estoque da dívida e 95% outros tributos - IPTU, ISS, IPVA, ITBI e ITCD. Há 93 mil execuções para cobrança de IPTU, mas o crédito a ser recuperado soma R\$ 1,5 bilhão.

“A tramitação de execuções fiscais de ICMS acaba sendo tratada da mesma forma que os demais tributos, o que tem revelado o baixo índice de recuperação”, diz o procurador. Ele acrescenta que, por meio de uma vara especializada, espera-se que a cobrança passe a ser estratégica e possibilite uma maior recuperação, em especial de dívidas mais novas.

O ICMS é o tributo com maior percentual de sonegação fiscal no Brasil, de acordo com o procurador. E a criação da vara especializada, afirma, vai ao encontro da postura do Supremo Tribunal Federal (STF) de criminalizar o ICMS declarado e não pago para coibir essa sonegação.

Hoje existe apenas uma vara especializada em execução fiscal no Distrito Federal, com mais de 318 mil processos. Em 2019, a taxa de congestionamento dela correspondia a 87%.

Outros Estados têm a intenção de criar varas para a cobrança de tributos de grandes devedores, segundo Vicente Braga, presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal e procurador do Ceará. “Existe interesse para trazer melhor satisfação da dívida e a eficiência dos atos públicos”,

diz. Alguns tribunais já separam os tributos estaduais dos municipais, mas não pelo valor dos débitos.

Um dos empecilhos para a recuperação de valores inscritos em dívida ativa é justamente a morosidade dos processos, afirma Braga. “A mora do Judiciário traz para o devedor uma segurança de que ele será beneficiado já que a dívida não será executada de forma célere”, diz.

Para Tiago Conde, presidente da Comissão de Assuntos Tributários da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF), não haverá nenhum prejuízo para o contribuinte com a criação de uma vara específica de ICMS. O julgamento de casos complexos, acrescenta, costuma demorar mais tempo e, por isso, a unidade seria bem aproveitada. “Criar varas especializadas otimiza a Justiça.”

Procurado pelo **Valor**, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal informou que o pedido foi recebido e está em estudo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma? Saiba o segredo que eles estão escondendo de você  
FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Vantagens da máscara descartável. Confira o preço  
HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

SALVADOR já pensou em assistir todos os filmes em alta resolução com seu celular? Veja  
AMPLIFICADOR DE TELA 3D

## Ex-presidente do BNDES critica reforma do governo

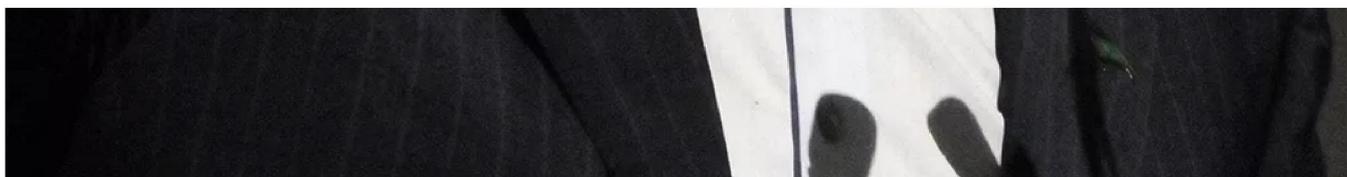
Para Paulo Rabello de Castro, proposta de Guedes simplifica muito pouco o sistema tributário

Por **Cristian Klein** — Do Rio

12/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





Paulo Rabello de Castro sobre uma nova CPMF: “É um tapa na cara do povo, que disse não para esse tributo” — Foto: Leo Pinheiro/Valor - 8/5/2018

O ex-presidente do IBGE e do BNDES Paulo Rabello de Castro, 71 anos, é um especialista em reforma tributária e se encontrou no ano passado com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para apresentar suas propostas sobre o tema. Tinha esperança de que o governo federal acolhesse as ideias levadas a Brasília em nome do seu Instituto Atlântico. Agora, após a divulgação das primeiras sugestões do Executivo, por meio do projeto de lei 3887/2020, Rabello de Castro se mostra cético sobre o resultado da reforma que sairá do Congresso, onde já tramitam as duas propostas de emenda à Constituição (PECs) mais amplas e ambiciosas, que recebem igualmente, contudo, ressalvas do economista. Em sua opinião, o projeto do Ministério da Economia simplifica muito pouco o sistema, provocará um aumento da tributação e tem características inflacionárias e recessivas: “Isso (reforma) está praticamente contratando um PIB não superior a 1% nos próximos anos, diferentemente do que essa turma pensa, que vai dar 3%, 4%, 5%. Não vai dar nada”.

Rabello de Castro é favorável à unificação de dois dos impostos federais (PIS e Cofins) com o ICMS, estadual, e o ISS, municipal, nos moldes das PECs 45 (Camara) e 110 (Senado). Defende a simplificação do sistema tributário brasileiro, considerado bizantino, algo, aponta, não enfrentado pela proposta do Executivo. Para facilitar a aprovação no Congresso, a equipe de Paulo Guedes fatiou o projeto e se concentrou na junção do PIS e da Cofins, que seriam substituídos pela Contribuição de Bens e Serviços (CBS), com uma alíquota única de 12%, que vem assustando agentes econômicos, sobretudo do setor de serviços. Para o ex-presidente do BNDES, essa alíquota padrão é, de certa forma, ilusória, porque também abre margem para que cada município calibre seu CBS. “De padrão não tem nada, são 5.570 alíquotas diferentes”, diz. De acordo com Rabello de Castro seria preferível que os legisladores tivessem o “bom senso” de reconhecer que o sistema não vai conseguir “trabalhar com uma alíquota só, que por natureza é muito elevada na média”.

O economista propõe a criação de um imposto de valor agregado (IVA) único, um “Ivã”, que reunisse os impostos federais, estaduais e municipais em cinco patamares de alíquotas: uma padrão, de 29%; uma reduzida, de 18% (para serviços e produtos que merecem tratamento diferenciado, mas para os quais não haveria folga fiscal para se reduzir ainda mais, como os respiradores mecânicos que ajudam no tratamento de pacientes da covid-19); uma super-reduzida, de 8% (por exemplo, para gêneros alimentícios); uma majorada, de 36% (ele cita como possível alvo as embarcações de recreio, como os jet skis); e uma supermajorada, de 46% (sobre produtos de externalidades negativas, como cigarros).

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Rabello de Castro afirma que a proposta do Instituto Atlântico respeita a “tipicidade dos serviços”, o que não estaria contemplado no projeto do governo, que pode representar aumento de carga para áreas importantes como educação, saúde e transportes. “Disso não tenha dúvida. Aí sabe o que vai acontecer? Tabela de isenção. Vai ser a suprema injustiça. Porque vão estabelecer alíquota zero para aquelas exceções que têm força política”, prevê. Em entrevista na segunda-feira, essa foi exatamente a alternativa oferecida por Guedes. Para o ex-presidente do IBGE, há o risco de a proposta de reforma, em debate há 30 anos, não se concretizar da maneira pretendida, pelas pressões sobre os congressistas. “A vantagem da nossa proposta é que diminui atritos que hoje, politicamente, vão inviabilizar a aprovação da reforma, quer a gente ache que ela é bonita ou feia. A perda que está se tentando impor ao setor de serviços não vai funcionar”, diz.

Paulo Rabello de Castro considera que seu projeto não ganhou a acolhida que esperava mas lamenta que o debate da reforma tributária tenha deixado de lado proposta elaborada pelos secretários estaduais de Fazenda, que chegou a

contemplar algumas de suas sugestões. “Esse projeto se perdeu no meio do caminho. É um absurdo que esse texto não tenha tido relevância no debate”, critica.

Um dos pontos que previa é o que reserva uma alíquota de pelo menos 3% para a arrecadação na origem, em vez da guinada da cobrança somente no destino. Por causa desse “purismo”, como qualifica Rabello de Castro, Estados tipicamente produtores e exportadores, mas com baixa população, como Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, serão os maiores perdedores da reforma: “São Paulo, que tem uma grande população, também está entre os perdedores, embora numa fração menor”, afirma.

O economista tem ainda visão divergente sobre a sugestão da equipe econômica a respeito da desoneração da folha de pagamentos de empresas para se compensar a criação de um imposto sobre transações, digital, nos moldes da antiga CPMF. Em sua opinião, a tributação de 20% sobre a folha do empregador, voltada para o sistema previdenciário, deveria ser equivalente à dos empregados, que varia de 7,5% a 14% - ou nem existir. Pelo seu modelo, haveria uma troca e o imposto de renda passaria a financiar o sistema de aposentadorias. Sobre uma nova CPMF, critica: “É um tapa na cara do povo, que disse não para esse tributo”.

Antes cotado para concorrer a prefeito do Rio, Rabello de Castro trocou o PSC, do governador Wilson Witzel, pelo PSD, onde, no entanto, o pré-candidato é o deputado federal Hugo Leal.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito  
SANTANDER FREE

### LINK PATROCINADO

Vantagens da máscara descartável. Confira o preço  
HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

## Investimento pode 'driblar' teto de gasto

Governo estuda forma de liberar recursos para infraestrutura e deve respeitar restrição em 2021

Por **Fabio Murakawa, Fabio Graner e Lu Aiko Otta** — De Brasília

12/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

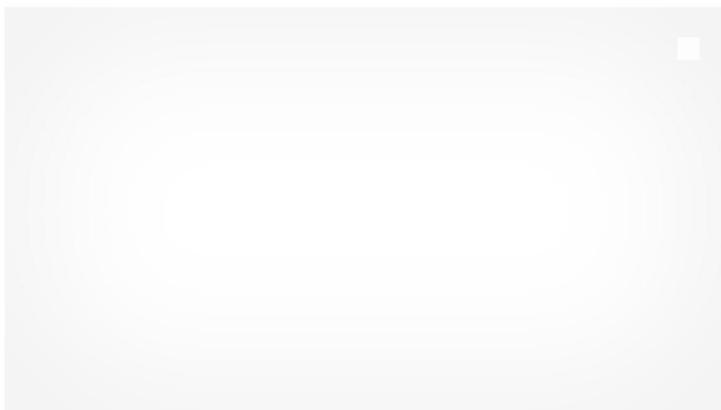


O Planalto analisa um projeto de lei de crédito extraordinário para reforçar investimentos no Ministério da Infraestrutura neste ano. Mas, para 2021, ficaria preservada a regra do teto de gastos, disseram fontes graduadas ao **Valor**.

A ideia em análise no Planalto é remanejar recursos que já constam do Orçamento mas que, por dificuldades operacionais dos ministérios, não serão gastos até o fim de dezembro. E, nesse movimento, o crédito extraordinário poderia ser o caminho. O mecanismo foi discutido na manhã de ontem, em reunião de Bolsonaro com Guedes e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

A medida, contudo, pode na prática ser mais uma tentativa de contornar a restrição de despesa para 2021. Além da discussão sobre se cabe o uso de crédito extraordinário para isso, dado que o instrumento é voltado para despesas urgentes, a iniciativa pode acabar gerando restos a pagar que permitiriam ao governo gastar mais no ano que vem sem as amarras do teto.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Ontem à noite o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi enfático e disse que nenhum projeto para furar o teto terá apoio da sua pasta. Ele acrescentou que o presidente Jair Bolsonaro lhe reafirmou na tarde de ontem o apoio à manutenção do teto. E ressaltou que dribles no teto podem levar ao impeachment.

“Se tiver ministro fura-teto, eu vou brigar com o ministro fura-teto. Os conselheiros do presidente que estão aconselhando a pular a cerca e furar teto vão levar o

presidente para uma zona sombria, uma zona de impeachment, de irresponsabilidade fiscal. O presidente sabe disso, o presidente tem nos apoiado”, disse Guedes, ao lado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O Ministério da Infraestrutura já executou 77% de seu orçamento, mas outras pastas estão em ritmo mais lento. De acordo com dados do Tesouro Nacional, esse acúmulo de recursos, chamado de empoçamento, estava em R\$ 31,3 bilhões no fim de junho. É dinheiro que poderá mudar de destino.

Na reunião, ficou acertado que essa solução terá impacto restrito a 2020. A equipe econômica quer delimitar muito claramente a política fiscal deste ano, alterada em razão da pandemia, da que será praticada a partir de 2021, quando volta a estratégia de ajuste.

Freitas tem afirmado que está “fechado” com a estratégia de Guedes, embora haja informações de bastidores em outra direção. O ajuste fiscal pode ser um limite aos investimentos com recursos públicos, mas é fundamental para outra vertente de sua pasta: as concessões. Para que sejam concretizadas, elas precisam de ambiente econômico, jurídico e regulatório estáveis no longo prazo.

A aposta nos investimentos privados é a linha do Ministério da Economia. Após a aprovação do marco regulatório do saneamento, Guedes dialoga com o Congresso para ver aprovadas mudanças nas legislações do gás natural, do petróleo, das ferrovias e a autorização para privatizar empresas estatais, como a Eletrobras.

Outras alas do governo, porém, acham importante reforçar o investimento público para alavancar a atividade pós-pandemia. Discute-se até utilizar parte das receitas do futuro tributo sobre transações. Ministros do Planalto, porém, acham difícil que seja aprovado.

As pressões para flexibilizar o teto de gastos aumentaram na reta final da elaboração da proposta do Orçamento de 2021, a ser encaminhada ao Congresso no próximo dia 31. Pelo trabalho em andamento na Economia, a previsão de gastos para 2021 deverá ser a mais conservadora possível, sem soluções criativas utilizadas no passado, como a inclusão de despesas condicionadas à criação de novas receitas.

“Vai refletir o status quo”, disse o assessor especial da pasta Guilherme Afif Domingos.

Em defesa do teto, Afif afirma que flexibilizá-lo seria um “tiro no pé”. Comprometeria uma conquista importante, a taxa de juros baixa, num momento em que a dívida está em alta. O juro baixo, argumenta, trouxe ganhos para o controle dos gastos públicos. Outra conquista importante foi a reforma da Previdência, que conteve o crescimento do maior item de despesa do governo federal.

Nesse sentido, o teto ganhou ontem um reforço importante do Banco Central. Ao condicionar sua intenção para a política de juros “à manutenção do regime fiscal” e alertar que sua ruptura “implicaria alterações significativas para a taxa de juros estrutural da economia”, o recado da autoridade monetária é claro: evitem mexer no teto de gastos.

A menção indireta se justificaria porque o BC sabe que mais importante que o teto em si é garantir uma trajetória fiscal sustentável, o que, em tese, poderia ser obtido com uma estratégia de recomposição de resultado primário pelo lado da receita, embora não seja o caminho desejado por Guedes.

A autoridade monetária, ao longo dos anos, tem enfatizado a importância do equilíbrio fiscal para a manutenção de juros em níveis estruturalmente mais baixos. Ontem, a mensagem teve um tom mais enfático, ao usar a expressão “ruptura” e a declaração de que isso significaria “alterações significativas” nos juros estruturais, em outras palavras, alta de juros.

Os técnicos da área econômica têm defendido o teto com forte ênfase. A visão é que o momento é para fazer reformas e reduzir despesas obrigatórias, melhorando a qualidade do gasto sem abrir mão do controle das despesas.

Mas vale lembrar que o próprio ministro Paulo Guedes ajudou criar ruído, ao patrocinar a proposta de usar recursos do Fundeb para financiar parte do Renda Brasil e ao deixar correr solta a ideia de se fazer uma consulta ao TCU para o uso de dinheiro de crédito extraordinário da pandemia para bancar obras de infraestrutura. Só depois de um tempo ele reagiu e derrubou a proposta.

## Projeto de lei que cria a CBS possibilita tributação de dividendos de holdings

Brecha é vista por advogados como equívoco e não manobra do governo

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

12/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



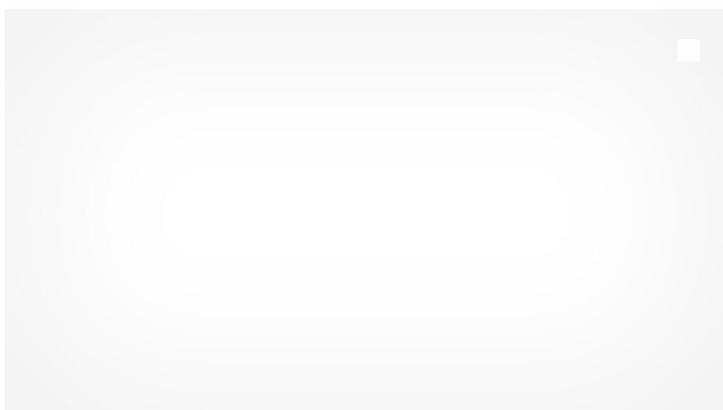


Advogado Mauricio Maioli: a maioria das empresas têm alguma holding familiar em seu quadro de sócios — Foto: Divulgação

A redação do projeto de lei da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) possibilita a tributação de dividendos recebidos por holdings. A brecha no texto, porém, é considerada por advogados tributaristas um equívoco e não uma manobra intencional do governo para tributar os valores em 12%.

O governo, de acordo com o Ministério da Economia, poderá fazer ajustes no texto para esclarecer esse ponto. Sem a alteração, a interpretação que a Receita Federal poderá fazer do dispositivo preocupa tributaristas. O medo tem como base o passado de disputas com o órgão.

Eles destacam como exemplo a discussão da amortização de ágio gerado com privatização. Apesar de haver previsão legal, diversas empresas foram autuadas para o pagamento de Imposto de Renda e CSLL por causa da forma como foram realizadas as operações. Algumas conseguiram vencer os processos ainda na esfera administrativa.



A brecha, segundo tributaristas, está no artigo 2º do Projeto de Lei nº 3.887, apresentado recentemente. Pelo texto, a contribuição incidiria sobre a receita bruta, definida no artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977. O dispositivo afirma que a receita bruta compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço da prestação de serviços em geral, o resultado auferido nas operações de conta alheia e as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas nos incisos I a III.

O problema está no último item, afirmam os especialistas. No caso de holdings criadas para investir em outras empresas - geralmente reunindo uma família, com a finalidade de facilitar a sucessão -, a receita principal são os dividendos. E pelo texto do projeto de lei, acrescentam, poderiam ser tributados pela CBS.

A expressão “receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica” dá uma ideia ampla, de qualquer atividade da empresa, mesmo sem estar no objeto social, de acordo com a tributarista Renata Emery, sócia do escritório Stocche Forbes Advogados. “Depois que está na lei fica aberto para interpretação do pessoal da Receita Federal”, afirma a advogada.

Para Renata, com essa redação, a possibilidade de tributação dos dividendos distribuídos a holdings que têm participação em empresas operacionais é certa. “Não há dúvida de que o dividendo da holding que tem participação em outras empresas é tributado por esse projeto. Já o dividendo de forma geral depende da interpretação mais ou menos ampla da Receita”, diz.

Se o termo “atividade” for interpretado de forma mais ampla, acrescenta Renata, há o risco de tributação. “Eu não diria categoricamente que o cliente não será tributado no caso.”

Além dos dividendos, Renata vê o risco de incidir a contribuição social sobre equivalência patrimonial e receita de venda de bens do ativo imobilizado, que são excluídos expressamente na legislação do PIS e da Cofins. “Tudo que está claro, expresso nas leis do PIS e da Cofins, eu não tenho no projeto de lei da CBS”, afirma.

A advogada entende que a brecha impacta diretamente a atração de investimentos. “Vai ser um desastre se passar desse jeito. Mas acredito que seja um equívoco e não proposital.”

Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia e uma das principais formuladoras da reforma tributária do governo, diz que a CBS não incide sobre dividendos, equivalência patrimonial ou receita de bens do ativo imobilizado. “É renda e não consumo. A confusão existe porque o PIS/Cofins misturava consumo e renda. Hoje a ideia é limitar ao desenho do consumo para alinhar débito e crédito”, afirma. “Estudamos ajustes, se forem necessários.”

Sócio da área tributária do escritório BMA Advogados, Daniel Loria entende que dividendos e equivalência patrimonial não são tributados pela CBS, mas reforça que a redação do projeto está deixando as empresas preocupadas.

“Precisa deixar claro no projeto de lei, não em entrevista, power point. Para ter a segurança jurídica que o governo quer, é preciso estar na lei”, diz Loria. O fato gerador para tributação pela CBS é a receita bruta de operação, mas o projeto não define o que é operação, o que já traria mais segurança se fosse feito, segundo o advogado. “Entre quem faz a lei e quem aplica há um mundo e anos de distância.”

Segundo Mauricio Maioli, sócio do escritório Feijó Lopes Advogados, a maioria das empresas têm alguma holding familiar em seu quadro de sócios. “A holding em si não vende bens nem produtos, mas tem como atividade principal participar de outras empresas”, diz.

A maior preocupação hoje para o uso de holdings familiares está na tributação de dividendos, acrescenta o advogado, seja pelo Imposto de Renda ou qualquer outro tributo, como a CBS.

O tributarista Breno Vasconcelos, sócio no escritório Mannrich e Vasconcelos e professor na FGV-SP, acredita que intenção do governo não parece ser a de cobrar CBS sobre receita das holdings pelo que consta na exposição de motivos do projeto. “Entendo que há a brecha interpretativa, mas seria um desvirtuamento de toda a estrutura da CBS”, diz.

Para o tributarista, não há a exclusão expressa como existe para o PIS e a Cofins porque a equipe econômica propôs uma legislação mais enxuta. “É uma brecha sim, mas seria um descalabro daqui a um tempo a Receita Federal tentar tributar dividendos.”

O professor reconhece que a origem da desconfiança está no próprio sistema tributário brasileiro. “Há uma desconfiança porque é assim que a gente vê o país nos últimos 20, 30 anos”, afirma.

Temos no Brasil a cultura da redundância, diz Edison Fernandes, sócio do escritório FF Advogados. “Tudo precisa estar escrito para não ter problema”, afirma ele, acrescentando que a remissão ao artigo 12 não inclui equivalência patrimonial, dividendo ou receita financeira. “Receita bruta não é atividade. A CBS não expandiu o que existe para o PIS e a Cofins.”

Apesar de acreditar que a Receita Federal não cobraria CBS sobre dividendos ou receita de holdings, o advogado pondera que o conceito que está no projeto de lei deixa aberta a possibilidade de existir mais contencioso. “Se já existe questionamento enquanto é projeto, se permanecer assim será judicializado”, diz.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito

SANTANDER FREE

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma? Saiba o segredo que eles estão escondendo de você

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Vantagens da máscara descartável. Confira o preço

HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

SALVADOR já pensou em assistir todos os filmes em alta resolução com seu celular? Veja

AMPLIFICADOR DE TELA 3D

por taboola

## Leia em Valor Investe

---

VALOR INVESTE